INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INTEGRAÇÃO

AS DIVERGÊNCIAS POLÍTICAS DO MERCOSUL E SEUS IMPACTOS NA INTEGRAÇÃO REGIONAL (2017-2024)

MATEUS AUGUSTO BASSO

Foz do Iguaçu
2025

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INTEGRAÇÃO

AS DIVERGÊNCIAS POLÍTICAS DO MERCOSUL E SEUS IMPACTOS NA INTEGRAÇÃO REGIONAL (2017-2024)

MATEUS AUGUSTO BASSO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latinoamericano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Romero Wimer.

Foz do Iguaçu
2025

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

MATEUS AUGUSTO BASSO

AS DIVERGÊNCIAS POLÍTICAS DO MERCOSUL E SEUS IMPACTOS NA INTEGRAÇÃO REGIONAL (2017-2024)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latinoamericano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

BANCA EXAMINADORA

_____
Orientador: Prof. (Dr.) Fernando Romero Wimer
UNILA

_____
Prof. Paula Daniela Fernández
(UNILA)

_____
Prof. Karen dos Santos Honório
(UNILA)

Foz do Iguaçu.
2025

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

“*A mais antiga e forte emoção da humanidade é o medo, e o mais antigo e forte tipo de medo é o medo do desconhecido.”*

H.P Lovecraft

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha profunda gratidão a minha família, pelo apoio constante, pela paciência e pelo tempo dedicados ao longo desta jornada. A presença de vocês foi essencial para que eu pudesse seguir em frente, mesmo nos momentos mais difíceis.

Agradeço especialmente a minha namorada, por ter estado sempre ao meu lado, me ajudando, me incentivando e acreditando em mim. Mi Solange, obrigada por ser meu porto seguro em todos os sentidos. Também deixo meu carinho a minha família Peruaninha, que sempre me acolhe com tanto afeto em Foz do Iguaçu e que me faz sentir em casa mesmo longe da minha.

Aos amigos que conheci durante a Universidade e com quem compartilhei tantas risadas, aprendizados e vivências, vocês tornaram essa trajetória mais leve, divertida e significativa. Levarei cada lembrança com muito carinho.

Não poderia deixar de agradecer aos professores e professoras que fizeram parte da minha formação, em especial aqueles que me acompanharam mais de perto neste processo. Agradeço pela dedicação, pelos ensinamentos e pela confiança em meu trabalho. O apoio de vocês foi fundamental para que este projeto se concretizasse.

A todos vocês, meu sincero agradecimento por fazerem parte desta conquista.

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

BASSO, Mateus Augusto . **As Divergências Políticas do Mercosul e seus Impactos na Integração Regional (2017-2024).**Trabalho de Conclusão de Curso Relações Internacional e Integração - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2025.

RESUMO

O Mercosul configura-se, atualmente, como o principal bloco econômico da América Latina, sendo um dos canais mais relevantes de projeção internacional para os países que o integram. No entanto, apesar de sua importância estratégica, o bloco enfrenta limitações estruturais significativas, marcadas pela fragilidade institucional e pela recorrente falta de coordenação política entre seus membros. Essa instabilidade compromete sua efetividade enquanto mecanismo de integração e reflete, em grande medida, os interesses nacionais e as dinâmicas políticas domésticas dos governos em exercício. Dessa forma, o objetivo deste trabalho é investigar de que maneira as oscilações políticas e ideológicas nos governos dos Estados-membros, no período de 2017 a 2024, condicionaram a agenda, a coesão e os rumos da integração regional. A partir da questão norteadora, como as relações entre os governos nacionais impactam as decisões e o funcionamento do Mercosul? Examina-se o papel desempenhado pelos Estados-membros em um período de nítido movimento pendular. A análise abrange o "giro econômico" em direção ao regionalismo aberto sob os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro; os impactos da pandemia de Covid-19, que acentuaram a fragmentação do bloco; a tentativa de retomada de uma agenda de integração mais profunda com o retorno de Lula ao poder no Brasil; a histórica ampliação do bloco com a adesão da Bolívia e as novas incertezas geradas pela ascensão de Javier Milei na Argentina. O estudo adota uma abordagem crítica inspirada em Julián Kan, que interpreta o Mercosul não apenas como um projeto político interestatal, mas como um espaço atravessado por disputas entre diferentes frações do capital industriais, financeiras e exportadoras cujos interesses moldam preferências governamentais e limitam a profundidade da integração. Assim, divergências entre Estados não são lidas apenas como choques ideológicos, mas como expressões de estruturas econômicas assimétricas e de pressões exercidas por setores dominantes em cada país. A pesquisa emprega método qualitativo, com base em revisão bibliográfica e análise documental. Conclui-se que o período de 2017 a 2024 confirma a forte dependência do Mercosul em relação ao alinhamento ideológico de seus líderes, especialmente no eixo Brasil-Argentina. A afinidade entre governos conservadores, como os de Bolsonaro, Benítez e do liberal Lacalle Pou, permitiu uma convergência inicial em torno de pautas de flexibilização econômica, embora com avanços limitados pela resistência da Argentina de Alberto Fernández. A pandemia aprofundou o recuo para as agendas nacionais, resultando em paralisia e desarticulação. A posterior retomada da cooperação sob o governo Lula possibilitou avanços concretos, como a entrada da Bolívia , mas a ascensão de um governo cético ao bloco na Argentina reintroduz um cenário de incerteza, reafirmando o caráter intermitente e volátil da integração regional.

Palavras chave: Mercosul; integração regional; política externa Brasileira; divergências políticas.

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

BASSO, Mateus Augusto .**As Divergências Políticas do Mercosul e seus Impactos na Integração Regional (2017-2024).**Trabajo de Conclusión del Curso Relações Internacional e Integração - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2025.

RESUMEN

El Mercosur representa actualmente el principal bloque económico de América Latina y constituye uno de los canales más importantes de proyección internacional para sus países miembros. Sin embargo, a pesar de su importancia estratégica, el bloque enfrenta importantes limitaciones estructurales, marcadas por la fragilidad institucional y una recurrente falta de coordinación política entre sus miembros. Esta inestabilidad compromete su eficacia como mecanismo de integración y refleja, en gran medida, los intereses nacionales y la dinámica política interna de los gobiernos de turno. Por lo tanto, el objetivo de este trabajo es investigar cómo las fluctuaciones políticas e ideológicas en los gobiernos de los Estados miembros entre 2017 y 2024 moldearon la agenda, la cohesión y la dirección de la integración regional. Con base en la pregunta clave "¿Cómo impactan las relaciones entre los gobiernos nacionales en las decisiones y el funcionamiento del Mercosur?", se examina el papel desempeñado por los Estados miembros en un período de claras fluctuaciones. El análisis abarca el "cambio económico" hacia un regionalismo abierto bajo los gobiernos de Michel Temer y Jair Bolsonaro; los impactos de la pandemia de COVID-19, que exacerbó la fragmentación del bloque; El intento de retomar una agenda de integración más profunda con el regreso de Lula al poder en Brasil; la histórica expansión del bloque con la adhesión de Bolivia; y las nuevas incertidumbres generadas por el ascenso de Javier Milei en Argentina. El estudio adopta un enfoque crítico inspirado en Julián Kan, quien interpreta el Mercosur no solo como un proyecto político interestatal, sino como un espacio atravesado por disputas entre diferentes fracciones del capital industriales, financieras y exportadoras cuyos intereses moldean las preferencias gubernamentales y limitan la profundidad del proceso de integración. Así, las divergencias entre Estados no se leen únicamente como choques ideológicos, sino como expresiones de estructuras económicas asimétricas y de presiones ejercidas por sectores dominantes en cada país. La investigación utiliza un método cualitativo basado en revisión bibliográfica y análisis documental .Concluye que el período de 2017 a 2024 confirma la fuerte dependencia del Mercosur del alineamiento ideológico de sus líderes, especialmente en el eje Brasil-Argentina. La afinidad entre gobiernos conservadores, como los de Bolsonaro, Benítez y del liberal Lacalle Pou, permitió una convergencia inicial en torno a las agendas de flexibilidad económica, aunque el progreso se vio limitado por la resistencia de la Argentina de Alberto Fernández. La pandemia profundizó el repliegue hacia las agendas nacionales, lo que resultó en parálisis y desarticulación. La posterior reanudación de la cooperación bajo el gobierno de Lula permitió avances concretos, como el ingreso de Bolivia, pero el ascenso de un gobierno escéptico del bloque en Argentina reintroduce un escenario de incertidumbre, reafirmando el carácter intermitente y volátil de la integración regional.

Palabras clave: Mercosur; integración regional; política exterior Brasileña; divergencias políticas.

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

BASSO, Mateus Augusto. **The Political divergences within Mercosur and their impacts on regional integration (2017-2024)**.Undergraduate Thesis in International Relations and Integration - Federal University for Latin American Integration, Foz do Iguaçu, 2025.

ABSTRACT

Mercosur currently represents Latin America's leading economic bloc, serving as one of the most important channels for international projection for its member countries. However, despite its strategic importance, the bloc faces significant structural limitations, marked by institutional fragility and a recurring lack of political coordination among its members. This instability compromises its effectiveness as an integration mechanism and largely reflects the national interests and domestic political dynamics of incumbent governments. Thus, the objective of this paper is to investigate how political and ideological fluctuations in member state governments from 2017 to 2024 shaped the agenda, cohesion, and direction of regional integration. Based on the guiding question, "How do relations between national governments impact Mercosur's decisions and functioning?", the role played by member states in a period of clear pendulum swings is examined. The analysis covers the "economic shift" toward open regionalism under the governments of Michel Temer and Jair Bolsonaro; the impacts of the COVID-19 pandemic, which exacerbated the bloc's fragmentation; the attempt to resume a deeper integration agenda with Lula's return to power in Brazil; the bloc's historic expansion with Bolivia's accession; and the new uncertainties generated by the rise of Javier Milei in Argentina. The study adopts a critical approach inspired by Julián Kan, who interprets Mercosur not merely as an inter-state political project but as a space shaped by disputes among different fractions of capital industrial, financial, and export-oriented whose interests influence governmental preferences and limit the depth of integration. Thus, divergences among states are not interpreted solely as ideological conflicts but as expressions of asymmetric economic structures and pressures exerted by dominant sectors within each country. The research employs a qualitative method based on bibliographic review and document analysis. It concludes that the period from 2017 to 2024 confirms Mercosur's strong dependence on the ideological alignment of its leaders, especially in the Brazil-Argentina axis. The affinity between conservative governments, such as those of Bolsonaro, Benítez, and the liberal Lacalle Pou, allowed for an initial convergence around economic flexibility agendas, although progress was limited by the resistance of Alberto Fernández's Argentina. The pandemic deepened the retreat to national agendas, resulting in paralysis and disarticulation. The subsequent resumption of cooperation under the Lula government enabled concrete advances, such as the entry of Bolivia, but the rise of a government skeptical of the bloc in Argentina reintroduces a scenario of uncertainty, reaffirming the intermittent and volatile nature of regional integration.

Keywords: Mercosur; regional integration; Brazilian foreign policy; political divergences.

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

LISTA DE FIGURAS/QUADROS

Quadro 1 – Importações do Brasil por país de origem 1998-1999……..32
Quadro 2 – Exportações do Brasil por destino 1998-1999……..32
Figura 1 – Evolução do PIB do Paraguai (2017-2023).....…….43
Figura 2 – Evolução da dívida pública do Paraguai (2017-2023).....……..44
Figura 3 – Resultado do PIB de 2020……..47
Figura 4 – PIB e a Inflação no Uruguai entre 2019-2023……....51

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALADI	Associação Latino-Americana de Integração
ASEAN	Associação das Nações do Sudeste Asiáticos
CAN	Comunidade Andina das Nações
CCM	Comissão de Comércio do Mercosul
CEA	Conferência dos Exércitos Americanos
CECA	Comunidade Europeia do Carvão e Aço
UE	União Europeia
TEC	Tarifa Externa Comum
NAFTA	Tratado Norte-Americano de Livre Comércio
EUA	Estados Unidos da América
CMC	Conselho do Mercado Comum
CPC	Comissão Parlamentar Conjunta
FCES	Forum Consultivo-Économico Social
FOCEM	Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul
GACH	Grupo Consultivo Científico Honorario
GMC	Grupo Mercado Comum
IFE	Ingreso Familiar de Emergencia
LUC	Lei de Urgente Consideração
MDB	Partido Democratico Brasileiro
CSC	Conselho de Solução de Controvérsias
ONU	Organizações das Nações Unidas
OMC	Organização Mundial do Comércio
OEA	Organização dos Estados Americanos
OUA	Organização de União Africana
CEE	Comunidade Económica Europeia
MERCOSUL	Mercado comum do Sul
MRE	Ministério das Relações Exteriores
PEB	Política Externa Brasileira
PIB	Produto Interno Bruto
PJ	Partido Justicialista

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

PT	Partido dos Trabalhadores
PPT	Presidencia Pro Tempore
PPTA	Presidencia Pro Tempore da Argentina
PPTB	Presidência Pro Tempore do Brasil
PPTP	Presidencia Pro Tempore do Paraguai
PPTU	Presidencia Pro Tempore do Uruguai
PSL	Partido Social Liberal
RBV	República Bolivariana da Venezuela
SAM	Secretaria Administrativa do Mercosul
SIAM	Sistema de Informação Ambiental do Mercosul
TAG	Transportadora Associada de Gás
TPR	Tribunal Permanente de Revisão

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO…..…… 13

CAPÍTULO 1: INTEGRAÇÃO REGIONAL E O CASO MERCOSUL..…….. 16

1.1 Fundamentos da integração regional: teorias, modelos e contradições……..16

1.2 Caminhos da cooperação no Cone Sul...……....22

1.2.1 O impacto das transições democráticas nos processos integracionistas…….....25

1.3 A formação institucional do Mercosul e o Tratado de Assunção …….27

1.3.1 Estrutura organizacional do bloco e incorporação de novos países……....29

1.3.2 A perspectiva crítica: o Mercosul desde cima e as classes dominantes….……....37

CAPÍTULO 2: A DINÂMICA POLÍTICA DO MERCOSUL ENTRE 2017-2019…….39

2.1 Perfil político dos países membros no período recente…….39

2.2 O papel dos chefes de Estado nas estratégias nacionais de integração…….42

2.2.1 O mandato Paraguaio: Mario Benítez……....42

2.2.2 O Mandato Brasileiro: Michel Temer e Jair Bolsonaro……..45

2.2.3 O Mandato Argentino: Mauricio Macri e Alberto Fernández ……....48

2.2.4 O Mandato Uruguaio: Luis Alberto Lacalle Pou…….……...50

2.3 A influência das presidências pro tempore nas diretrizes do bloco……..52

CAPÍTULO 3: O GIRO ECONÔMICO E A AMPLIAÇÃO DO MERCOSUL 2017-2024……....61

3.1 O giro econômico do Mercosul durante o governo Temer e Bolsonaro (2017-2022).....61

3.2 Pandemia da Covid-19 (2020-2022).....…….....62

3.3.1 O retorno de Lula e a retomada da agenda de integração (2023-2024).....……....65

3.3.2 A entrada da Bolívia no Mercosul……..66

3.3.3 A mudança política na Argentina: de Fernandez a Milei……68

4.CONSIDERAÇÕES FINAIS ……...72

5. REFERENCIAIS ……..75

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

INTRODUÇÃO

O Mercado Comum do Sul (Mercosul), desde sua concepção com o Tratado de Assunção em 1991, representa a mais ambiciosa iniciativa de integração regional da América do Sul, consolidando-se como um ator econômico relevante e um canal de projeção internacional para seus membros. O objetivo principal do bloco permanece a livre circulação de bens, fatores produtivos e serviços, buscando a eliminação de direitos alfandegários e restrições não tarifárias. Contudo, sua trajetória de mais de três décadas é marcada por uma tensão estrutural fundamental: a ambição de construir um mercado comum e a realidade de uma arquitetura institucional de natureza intergovernamental, cuja efetividade depende intrinsecamente da vontade política e da capacidade de coordenação entre os chefes de Estado. Essa dependência faz com que os rumos do bloco sejam um reflexo direto das conjunturas políticas domésticas, dos interesses nacionais e, de forma cada vez mais acentuada, das afinidades e divergências ideológicas entre os governos em exercício.

O período compreendido entre 2017 e 2024 emerge como um laboratório privilegiado para analisar essa dinâmica, pois encapsula um movimento pendular completo na política regional. A fase inicial é caracterizada por um "giro econômico" em direção ao regionalismo aberto, liderado pelos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro no Brasil, que buscaram flexibilizar as estruturas do bloco. Esse movimento foi abruptamente atravessado pela maior crise sanitária global do último século, a pandemia de Covid-19, que testou os limites da cooperação e exacerbou as tendências de fragmentação. Subsequentemente, a partir de 2023, uma nova virada política com o retorno de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência do Brasil sinalizou a tentativa de retomada de uma agenda de integração mais profunda, cujo resultado mais tangível foi a histórica ampliação do bloco com a adesão da Bolívia. Por fim, o período se encerra com um novo ciclo de incertezas, inaugurado pela eleição de Javier Milei na Argentina, um líder com um discurso abertamente cético em relação ao Mercosul.

Esse recorte temporal é marcado por uma significativa mudança no espectro político da região, com a transição de governos de esquerda para lideranças identificadas com a direita. Com isso, a pergunta que orienta esta pesquisa é: de que forma o relacionamento entre esses governos impactou a tomada de decisões e o funcionamento institucional do Mercosul? Contudo, é importante observar que a classificação do governo Alberto Fernández como esquerda não é plenamente consensual. O peronismo tradição política que fundamenta esse governo não se reconhece a si mesmo como um movimento de esquerda, mas como uma corrente nacional-popular marcada por forte heterogeneidade interna. Ainda assim, no quadro

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

regional, sua atuação costuma ser percebida como mais próxima das agendas progressistas, o que justifica sua posição de contraste em relação aos governos de orientação liberal-conservadora que assumiram nos países vizinhos.

A literatura sobre integração regional, indica que o funcionamento do bloco, são fortemente condicionados pelas relações entre os chefes de Estado e suas posições ideológicas. Esse alinhamento (ou desalinhamento) político afeta a coesão do bloco, sobretudo no exercício das presidências pro tempore, podendo facilitar ou dificultar a construção de consensos e a superação do poder de veto, especialmente em contextos de crise. Dessa forma, a pesquisa busca compreender como o poder de agenda e agência se manifesta nas instituições do Mercosul. Considera-se que, ao ocupar o cargo máximo no Executivo nacional, cada presidente pode priorizar determinadas pautas em função de fatores diversos como o contexto internacional, as pressões internas e os limites estruturais do próprio bloco.

A hipótese central deste trabalho é que o processo de integração neste período foi diretamente condicionado pelo grau de alinhamento ou desalinhamento ideológico entre os chefes de Estado, com o eixo Brasil-Argentina funcionando como o principal barômetro da cooperação. Argumenta-se que os períodos de convergência política facilitaram consensos, enquanto momentos de divergência, como a relação entre Bolsonaro e Alberto Fernández, levaram à paralisia, com a Presidência Pro Tempore funcionando mais como um reflexo das prioridades nacionais do que como um motor de integração coletiva. Considera-se que, ao ocupar o cargo máximo no Executivo, cada presidente seja Mario Abdo Benítez, Luis Lacalle Pou ou os demais prioriza pautas em função de fatores como o contexto internacional, os limites estruturais do bloco e, fundamentalmente, as pressões internas exercidas pelas diferentes forças de classe e frações do capital.

Para a análise proposta, adota-se uma abordagem crítica fundamentada na economia Política Internacional, com destaque para as contribuições de Julian Kan. Diferente das visões institucionais ou liberais que focam apenas na diplomacia estatal, a perspectiva apresentada em obras como “integrados? e "El Mercosur desde arriba” compreende a integração regional como um processo condicionado pelos interesses das frações de classe dominantes e dos grupos empresariais locais. A partir dessa lente, entende-se que as decisões presidenciais e a agenda do bloco não ocorrem de maneira neutra, pelo contrário, emergem como resultado de disputas entre setores econômicos (como o agronegócio e a indústria) que buscam utilizar o Estado e o bloco regional para melhorar sua inserção no capitalismo global.

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com ênfase na análise documental, sendo conduzida a partir do método hipotético-dedutivo. O estudo

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

fundamenta-se nas teorias de integração regional abordadas no primeiro capítulo, especialmente o intergovernamentalismo liberal, para analisar o funcionamento do Mercosul a partir de sua dinâmica interna, que influencia diretamente suas relações externas. A análise será desenvolvida com base em fontes primárias e secundárias. As fontes primárias incluem documentos oficiais produzidos pelo próprio Mercosul, atas de reuniões e comunicados das instituições dos Estados membros, os quais serão utilizados para observar como as agendas propostas em cada presidência pro tempore foram conduzidas, modificadas ou ignoradas ao longo do período analisado. As fontes secundárias consistem em artigos acadêmicos, livros, relatórios institucionais, revistas e jornais especializados, com o objetivo de contextualizar as decisões tomadas e aprofundar a reflexão teórica.

O trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta os fundamentos teóricos da integração regional e o contexto histórico da cooperação no Cone Sul até a formação institucional do Mercosul. O segundo capítulo analisa a dinâmica política do bloco, traçando o perfil dos principais líderes do período Mário Abdo Benítez, Michel Temer, Jair Bolsonaro, Mauricio Macri, Alberto Fernández e Luis Lacalle Pou e examinando como suas estratégias nacionais e o exercício das presidências pro tempore (2020-2022) influenciaram as diretrizes do Mercosul, abordando pautas como a revisão da TEC e as negociações externas. Por fim, o terceiro capítulo aprofunda a análise dos eventos cruciais do período entre 2017 e 2024, examinando o giro econômico sob Temer e Bolsonaro, os impactos da pandemia de Covid-19, a retomada da agenda de integração sob o governo Lula, a histórica ampliação do bloco com a entrada da Bolívia e as novas tensões geradas pela ascensão de Javier Milei na Argentina.

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

CAPÍTULO 1: INTEGRAÇÃO REGIONAL E O CASO DO MERCOSUL

A primeira parte deste estudo busca apresentar o processo de integração regional a partir de uma perspectiva histórica, abordando suas principais características e os diferentes níveis de aprofundamento que esse processo pode alcançar. Embora seja possível identificar iniciativas de integração desde o século XIX, foi somente no século XX, especialmente após o fim da Segunda Guerra Mundial que a integração regional ganhou maior intensidade. A Europa, fortemente abalada pelos conflitos, passou a enxergar na integração uma estratégia de reconstrução, estimulando a cooperação entre os países em áreas como economia, política e segurança.

A integração regional tem sido amplamente discutida por diferentes correntes teóricas, que oferecem ferramentas para compreender suas dinâmicas. Segundo Moravcsik (1993), a integração ocorre por meio da cooperação entre Estados soberanos, que decidem participar do processo com base em seus próprios interesses nacionais. A ideia é maximizar ganhos e minimizar custos, utilizando as instituições regionais como instrumentos estratégicos para atingir esses objetivos.

Este capítulo tem como finalidade examinar as principais teorias da integração regional, organizando-as conforme os contextos históricos em que surgiram, com atenção especial às experiências européias que deram origem à atual União Europeia (UE). Além disso, será explorada a trajetória do Mercosul desde as primeiras iniciativas de cooperação entre os países do Cone Sul até a configuração institucional que o bloco apresenta hoje. A análise será embasada em documentos oficiais do Mercosul e das instituições estatais dos países membros, além de obras acadêmicas que discutem tanto os modelos teóricos quanto o desenvolvimento histórico da integração regional na América do Sul.

1.1 Fundamentos e contradições da integração regional: entre teorias e realidades

No início das discussões sobre integração regional, antes que o tema se consolidasse como um campo de estudo autônomo, a análise dos acordos entre países estava fortemente vinculada às teorias das vantagens comparativas e absolutas. Nesse contexto, a avaliação das iniciativas de integração se baseava, principalmente, na conveniência econômica para o Estado, considerando se seria mais vantajoso participar ou permanecer à margem dos tratados, sob a suposição de que sua ratificação resultaria, de forma quase automática, na

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

liberalização do comércio. No entanto, como observa Pinto (2004), essa perspectiva desconsiderava aspectos fundamentais, como a proximidade geográfica, as semelhanças estruturais e as desigualdades históricas entre os países envolvidos.

Com o tempo, a integração passou a ser vista como um processo mais complexo, que não se resume à eliminação de tarifas ou ao aumento do comércio. A ideia de que a integração acontece por estágios desde acordos preferenciais até uniões econômicas completas ajuda a visualizar diferentes níveis de compromisso entre os países. No entanto, essa lógica por etapas nem sempre dá conta dos obstáculos políticos, sociais e institucionais que marcam a realidade de blocos como o Mercosul. Mais do que abrir mercados, integrar exige construir confiança, enfrentar assimetrias e envolver a população no processo.

Conforme aponta Romero Wimer (2019), a importância da integração regional na América Latina, especialmente no período pós-Segunda Guerra, reside em sua concepção como um instrumento a serviço das políticas econômicas desenvolvimentistas. Sob a influência da CEPAL, os países buscaram na integração o caminho para a transformação produtiva e a industrialização, partindo da premissa de que a complexidade da produção em larga escala exigia a criação de mercados mais amplos do que os restritos mercados nacionais.

As principais teorias da integração regional surgiram em diferentes momentos históricos, influenciadas por transformações no sistema internacional. Após a Segunda Guerra Mundial, por exemplo, surgiu o chamado regionalismo clássico, que via na cooperação entre Estados uma forma de garantir estabilidade diante da nova ordem liberal. A criação de instituições como a OEA e a OUA é reflexo desse contexto, marcado por uma valorização das soluções regionais frente aos desafios globais. Com o passar das décadas, novas formas de regionalismo foram ganhando força, como aquele centrado na integração econômica e produtiva (a partir dos anos 1950), ou o que surgiu nos anos 1980 e 1990, em diálogo com os efeitos da globalização. Essas fases não apenas ampliaram o escopo da integração, mas também multiplicaram os atores envolvidos como empresas, organizações da sociedade civil e instituições supranacionais.

Segundo Menezes e Filho (2006), é possível identificar cinco principais níveis de integração regional. O primeiro estágio é o dos acordos de preferências tarifárias, nos quais os países-membros reduzem tarifas entre si com o objetivo de facilitar o comércio. O segundo estágio é o da união aduaneira, que além da redução de tarifas internas, estabelece uma tarifa externa comum (TEC) para produtos de fora do bloco. O terceiro estágio corresponde ao mercado comum, que permite a livre circulação de bens, serviços, pessoas e capitais, com o

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

fortalecimento de instituições regionais. O quarto estágio é o da união econômica, caracterizado pela adoção de uma moeda comum e políticas macroeconômicas unificadas. Por fim, o quinto estágio seria a união econômica completa, em que os países compartilham um governo supranacional com competência superior aos governos nacionais, consolidando plenamente a integração.

Embora a integração econômica seja frequentemente associada, de forma simplificada, à livre circulação de produtos entre os países membros e à eliminação de tarifas, essa concepção não abrange a totalidade e a complexidade do fenômeno. A integração vai além da retirada de barreiras alfandegárias e envolve a construção de mecanismos institucionais, normativos e sociais capazes de sustentar uma cooperação mais profunda. Para que esse processo avance, é necessário superar obstáculos de ordem econômica, política e social. Além disso, o sucesso da integração depende do envolvimento da população, que deve não apenas compreender seus objetivos, mas também se beneficiar concretamente dos resultados gerados.

Segundo Cássio Silva Moreira (2010), o fim da Guerra Fria e a consolidação do modelo liberal em escala global intensificaram o processo de globalização. Nesse contexto, os projetos de integração econômica passaram a ser percebidos como ferramentas para ampliar a inserção dos países no mercado global. A articulação entre mercados nacionais visa à formação de um grande espaço econômico, no qual as empresas buscam estratégias e inovações tecnológicas para manter sua competitividade. Contudo, o autor ressalta que esse processo também produz efeitos contraditórios, como o aumento do desemprego, que varia conforme o ritmo de crescimento econômico em cada região.

Para Menezes e Penna Filho (2006), pensar a integração regional implica considerar o bem-estar da população como um dos pilares centrais. A criação de condições econômicas e sociais mais equitativas é essencial para que os cidadãos percebam vantagens concretas no processo, fortalecendo o engajamento coletivo entre os Estados. Nesse sentido, a Tarifa Externa Comum (TEC) se mostra um instrumento importante para promover maior equilíbrio competitivo no mercado regional. Ao uniformizar as tarifas cobradas sobre produtos provenientes de fora do bloco, a TEC evita discrepâncias entre os países-membros e contribui para a estabilidade do comércio intra-regional.

Os autores também analisam diferentes experiências de integração na América Latina, destacando os aprendizados derivados desses processos. Um ponto comum identificado é a forte dependência das economias latino-americanas na exportação de commodities. Ainda que esse tipo de integração nem sempre envolva o intercâmbio de produtos industrializados

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

ou com alto valor agregado, ela pode trazer ganhos importantes, como a redução de custos produtivos. Essa economia de recursos, por sua vez, pode ser reinvestida em setores estratégicos, impulsionando o desenvolvimento econômico e social da região.

Por outro lado, o regionalismo, tal como é compreendido atualmente, pode ser dividido em quatro fases históricas distintas, marcadas por transformações no cenário internacional e nas formas de cooperação entre os Estados.

A primeira fase teve início no período pós-Segunda Guerra Mundial, quando emergiram instituições multilaterais voltadas à consolidação de uma nova ordem internacional liberal. Nesse contexto, o debate teórico se organizava em torno da tensão entre duas orientações principais: o universalismo, representado por organismos como a ONU, e o regionalismo, que ganhava força ao se mostrar mais sensível às especificidades locais. Argumentava-se que as instituições regionais teriam maior capacidade de resposta a crises por estarem mais próximas das realidades que pretendiam regular. Como resultado, consolidaram-se estruturas regionais como a Organização dos Estados Americanos (OEA), a Liga Árabe e a Organização da Unidade Africana (OUA), fundadas nas décadas seguintes ao fim da guerra.

A segunda fase do regionalismo começou com a criação da Comunidade Econômica Europeia (CEE) em 1957. Esse marco inaugurou uma nova etapa nos estudos sobre integração, caracterizada pela formulação de teorias mais sistemáticas. Ao contrário da abordagem anterior, centrada principalmente na segurança, o foco passou a incluir aspectos sociais, econômicos e institucionais, como o desenvolvimento, o bem-estar e a redistribuição de riquezas. A integração passou a ser vista como um processo dinâmico, envolvendo não apenas os governos nacionais, mas também a sociedade civil e o setor privado.

Nos anos 1980 e 1990, o regionalismo passou por uma terceira transformação, marcada por sua ampliação geográfica e pela diversificação de atores e interesses. A consolidação da União Europeia, a criação de blocos como a ASEAN, o NAFTA e o Mercosul, e a atuação crescente de organizações transnacionais demonstraram a complexidade crescente dos processos de integração. Nesse novo cenário, o avanço da globalização impôs desafios às interpretações tradicionais, forçando a revisão de modelos que se baseiam exclusivamente na centralidade do Estado. O regionalismo passou a ser interpretado tanto como um espaço de resistência frente às pressões globais quanto como um mecanismo de adaptação às novas exigências econômicas e políticas.

Apesar dessas transformações, o modelo europeu iniciado nos anos 1950 teve papel decisivo na formulação de teorias sobre integração regional. Com base nessa experiência, foi possível desenvolver abordagens que buscavam compreender as etapas, os mecanismos e os

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

efeitos da cooperação entre países. As primeiras formulações teóricas como o funcionalismo e o neofuncionalismo dominaram o debate nas décadas iniciais. Contudo, a partir dos anos 1970, essas teorias entraram em declínio, refletido na diminuição da produção acadêmica sobre o tema, que se manteve praticamente estagnada por uma década (Jesus; Marques; Ramos, 2009).

O federalismo é tradicionalmente reconhecido como uma das abordagens clássicas da integração regional, embora haja controvérsias quanto à sua natureza teórica. Parte da literatura o interpreta mais como um modelo normativo ou uma estratégia político-institucional do que como uma teoria analítica propriamente dita (Burgess, 2004). No contexto da integração, o federalismo propõe uma organização baseada em dois níveis: de um lado, os Estados nacionais; de outro, uma instância supranacional responsável por coordenar e gerir os processos de integração. Essa estrutura pressupõe uma distribuição clara de competências entre os níveis, com atribuições bem definidas (Kelstrup, 1998).

Essa proposta emerge como uma alternativa em contextos nos quais os Estados, isoladamente, não são capazes de assegurar sua estabilidade política e econômica (Ceia & Ribeiro, 2015). Nesses casos, a cooperação entre os países leva à criação de instituições supranacionais que assumem funções anteriormente exclusivas dos Estados, como forma de compartilhar a soberania e garantir interesses comuns (Burgess, 1996). Entretanto, um dos principais limites dessa abordagem está na pouca atenção dedicada à construção de uma identidade coletiva entre os povos envolvidos. Esse problema se intensifica diante de disparidades significativas sejam econômicas, políticas ou culturais entre os Estados participantes.

Já o funcionalismo, igualmente classificado entre as teorias clássicas, foi desenvolvido por David Mitrany no período entre guerras como crítica ao modelo estatal tradicional baseado na soberania absoluta. A proposta funcionalista defende que a integração deve partir de áreas técnicas e setoriais como transporte, energia ou comércio com o objetivo de solucionar problemas práticos e gerar benefícios comuns (Jesus; Marques; Ramos, 2009). A lógica é que, ao integrar setores específicos, cria-se uma interdependência que naturalmente expande a cooperação para outras esferas, promovendo a formação gradual de políticas integradas e de instituições comuns.

Essa abordagem destaca os ganhos econômicos e sociais como força motriz da integração, entendendo que os interesses convergentes dos atores funcionariam como estímulo para o aprofundamento do processo. No entanto, o funcionalismo é frequentemente criticado por negligenciar a dimensão política da soberania estatal, além de subestimar os

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

conflitos de interesse que podem desacelerar ou mesmo bloquear o avanço da integração regional.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, o neofuncionalismo emerge como uma tentativa de atualizar os fundamentos do funcionalismo clássico, adaptando-o à realidade da integração europeia. Elaborada por Ernst Haas (1958), essa abordagem busca explicar, sobretudo, o processo de criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), entendida como um marco inicial do projeto europeu. O neofuncionalismo parte do princípio de que a integração não ocorre de forma isolada, mas tende a se expandir de um setor para outro processo conhecido como spillover (efeito de transbordamento). À medida que competências são transferidas para instituições supranacionais, novas demandas interdependentes surgem, impulsionando ainda mais a cooperação entre os países. Um ponto forte dessa teoria é o reconhecimento do papel das instituições não estatais no avanço da integração. No entanto, ela também apresenta limitações importantes, sobretudo por subestimar o peso dos interesses nacionais e as resistências políticas, especialmente em contextos de crescimento do nacionalismo.

O transnacionalismo, por sua vez, também é considerado uma das correntes clássicas da integração regional. Desenvolvido por Karl Deutsch (1964), esse referencial teórico propõe que a estabilidade entre os Estados pode ser alcançada por meio da criação de instâncias compartilhadas com atribuições não apenas econômicas, mas também sociais e culturais (Ceia & Ribeiro, 2015). Uma de suas principais contribuições está na ênfase dada à comunicação entre os países e seus cidadãos, vista como elemento essencial para a construção de uma comunidade com segurança mútua. A confiança e a cooperação seriam resultados da consolidação de uma identidade comum entre os atores, viabilizada pela interação constante e pelo fortalecimento de instituições regionais.

Já o intergovernamentalismo ocupa lugar de destaque entre as abordagens clássicas, podendo ser subdividido em duas linhas principais: o intergovernamentalismo clássico e o intergovernamentalismo liberal (Ceia & Ribeiro, 2015). A vertente clássica surge como resposta crítica às teorias funcionalistas e neofuncionalistas, sendo fortemente influenciada pela tradição realista das Relações Internacionais. De acordo com essa abordagem, os Estados permanecem como os principais protagonistas do processo de integração, guiados pela defesa de sua soberania e dos interesses nacionais. Dessa forma, a tomada de decisões no interior dos blocos deve seguir o princípio da unanimidade, assegurando que nenhuma medida seja imposta a um país contra sua vontade (Jesus; Marques; Ramos, 2009). O intergovernamentalismo clássico ressalta, portanto, a centralidade dos governos nacionais,

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

destacando os limites da atuação supranacional.

Com base nessa estrutura analítica, é possível perceber que o intergovernamentalismo liberal estabelece uma conexão direta com o modelo teórico conhecido como “jogo de dois níveis”, proposto por Robert Putnam (1988). De acordo com essa abordagem, os governos operam simultaneamente em duas esferas: a interna, onde enfrentam pressões de grupos domésticos e precisam garantir apoio político; e a internacional, onde negociam com outros Estados em busca de acordos que sejam compatíveis com seus interesses nacionais. Nessa dinâmica, os acordos regionais e as instituições de caráter supranacional não substituem a soberania estatal, mas funcionam como instrumentos que potencializam a capacidade de barganha dos governos, ao mesmo tempo em que ajudam a legitimar as decisões perante suas respectivas sociedades (Corral, 2009). Assim, as estruturas regionais são vistas como arenas estratégicas em que os líderes políticos articulam preferências internas com oportunidades externas, maximizando os ganhos e minimizando os custos de cooperação.

1.2 Caminhos da cooperação no Cone Sul

A partir da década de 1990, as tentativas de integração regional passaram a ser reinterpretadas sob a ótica neoliberal, orientadas por uma lógica de inserção competitiva no cenário internacional. A América do Sul sempre ocupou posição central nas estratégias diplomáticas do Brasil e de seus vizinhos, sendo vista tanto como um espaço de oportunidades quanto como uma fonte de desafios imediatos. Ao longo do século XX, os temas de segurança dominaram a pauta regional, frequentemente acompanhados por preocupações sobre a influência das grandes potências, disputas ideológicas e transformações econômicas.

No início do século XX, momento de transição hegemônica e ascensão da influência norte-americana no continente, a região ainda enfrenta disputas fronteiriças e instabilidades institucionais. Nesse contexto, a atuação do Barão do Rio Branco, ao assumir o comando do Itamaraty em 1903, foi decisiva para consolidar as fronteiras brasileiras. Sua política externa não apenas assegurou a integridade territorial, mas também buscou projetar o Brasil como uma liderança regional no Cone Sul (Conduru, 1998).

Simultaneamente, a América do Sul vivia sob o temor de intervenções dos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que enfrentava uma corrida armamentista impulsionada por rivalidades interestatais e pela disputa por fronteiras e pelo esforço de consolidar estruturas estatais capazes de afirmar autoridade e estabilidade em um cenário regional ainda marcado

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

por tensões. As alianças militares e disputas por áreas estratégicas refletiam não apenas a preocupação com a soberania, mas também o desejo de garantir posições favoráveis no comércio internacional (Altemani; Lessa, 2006). No caso brasileiro, muitas decisões de política externa e defesa foram diretamente influenciadas pela necessidade de proteção territorial frente a essas dinâmicas regionais (Eichner et al., 2017).

Diante desse cenário, a diplomacia brasileira passou a defender a formação de um sistema continental sob a liderança dos Estados Unidos, articulando um subsistema sul-americano liderado por Brasil, Argentina e Chile (Santos, 2014). Essa mudança de postura buscava romper com o tradicional alinhamento da Política Externa Brasileira à Europa, herança do período monárquico e refletia uma tentativa de adaptação ao novo contexto republicano. A chamada "americanização" da política externa representava, portanto, um esforço deliberado para reposicionar o Brasil dentro da lógica hemisférica e reforçar sua influência regional (Eichner et al., 2017).

Dessa forma, a atuação do Barão do Rio Branco culminou na proposta do Pacto ABC, marco importante para o início de uma política de cooperação entre os países do Cone Sul. Essa iniciativa envolveu Argentina, Brasil e Chile e teve como objetivo não apenas garantir maior estabilidade na região, mas também afirmar a autonomia dos países sul-americanos frente à influência das grandes potências (Eichner et al., 2017). O acordo previa mecanismos de coordenação diplomática e de fortalecimento do diálogo interestatal, baseando-se em princípios como a não intervenção, a boa vizinhança e a articulação conjunta em fóruns multilaterais. A lógica era clara: reduzir o espaço para interferências externas e ampliar a capacidade de ação conjunta diante das pressões do sistema internacional.

Segundo Amorim e Feldman (2012 apud Eichner et al., 2017, p. 32), essa articulação visava "minimizar as oportunidades de intervenção estrangeira na América do Sul". O Brasil, atento às dinâmicas internacionais, percebia na construção de uma identidade política regional uma estratégia para reforçar sua posição no cenário global e consolidar uma zona de estabilidade em seu entorno imediato.

A criação do pacto também foi instrumental para neutralizar possíveis tensões com a Argentina, sobretudo em relação a disputas territoriais. Esse movimento foi relevante diante dos interesses estratégicos do Brasil na região do Acre e dos conflitos latentes entre Chile e Peru, particularmente nas áreas de Tacna e Arica (Heinsfeld, 2009). Embora o alcance do pacto tenha sido mais modesto do que o originalmente pretendido, ele foi oficialmente ratificado em 25 de maio de 1915, estabelecendo inclusive uma comissão permanente para tratar de litígios que não pudessem ser resolvidos pela via diplomática (Eichner, 2017).

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

Contudo, a cooperação entre os países do Cone Sul também assumiria formas mais controversas nas décadas seguintes. No contexto da Guerra Fria (1945-1989), os governos autoritários da região, sob influência e apoio dos Estados Unidos, coordenaram ações repressivas através da chamada "Operação Condor", justificando tais alianças sob a retórica de combate à ameaça comunista (Souza, [s.d.]). Essa cooperação, marcada por graves violações de direitos humanos, revela como a articulação regional pode assumir diferentes feições conforme o contexto histórico e os interesses em jogo.

Com o triunfo da Revolução Cubana, em 1959, e a instauração de um governo alinhado à União Soviética, os Estados Unidos intensificaram sua vigilância sobre a América Latina. Em resposta, foi criada em 1960 a Conferência dos Exércitos Americanos (CEA), iniciativa voltada à articulação dos aparatos militares do continente sob liderança norte-americana. A CEA desempenhou um papel estratégico no fortalecimento da cooperação entre os exércitos de países como Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai e Bolívia, ao fomentar o intercâmbio de informações e a coordenação de estratégias de repressão (Santos, 2011). Essa base de articulação viria a servir, posteriormente, como sustentação para a Operação Condor.

Formalizada em 1975, sob a liderança de Manuel Contreras, então chefe da Direção de Inteligência Nacional (DINA) do Chile, a Operação Condor consolidou uma rede de colaboração entre os serviços de inteligência desses países, com o objetivo de reprimir movimentos de esquerda em escala continental (Mercadante, [s.d.]). Essa cooperação transnacional envolveu práticas sistemáticas de perseguição, sequestro, tortura e execução de opositores políticos, com amplo grau de autonomia e atuação além das fronteiras nacionais. Embora profundamente marcada por sua natureza autoritária e violadora de direitos humanos, essa experiência representa uma forma embrionária de articulação regional, ainda que fundada na lógica da repressão.

Nos anos finais das ditaduras, especialmente a partir do final da década de 1970, as crises econômicas e o desgaste dos regimes militares impulsionaram uma reorientação das estratégias regionais. A busca por soluções conjuntas para os problemas estruturais comuns passou a ganhar espaço, abrindo caminho para novas formas de cooperação. Nesse contexto, o diálogo entre os países do Cone Sul foi se ampliando gradualmente, lançando as bases para os processos de integração econômica e política que se consolidaram nas décadas seguintes, especialmente com a redemocratização e a criação do Mercosul.

[1] A doutrina de Segurança Nacional, formulada pelos Estados Unidos durante a Guerra Fria, buscava conter o avanço sovietico e atrair países para a sua esfera de influência. No Brasil, ela passou a justificar a intervenção militar na política diante da suposta ameaça comunista, com o respaldo norte-americano (Santos, 2011).

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

1.2.1 O impacto das transições democráticas nos processos integracionistas

A aproximação entre Brasil e Argentina no campo nuclear, inicialmente improvável diante da rivalidade histórica e da disputa por hegemonia regional, acabou se tornando um marco importante no processo de construção da confiança bilateral. Durante a década de 1970, ambos os países conduziram suas iniciativas nucleares com elevado grau de sigilo, alimentando um ambiente de suspeita e insegurança mútua. Ainda assim, nos últimos anos dos regimes militares, foi possível observar uma mudança de postura. Apesar de tensões como as que envolveram a construção da Usina de Itaipu, Brasil e Argentina conseguiram superar importantes obstáculos diplomáticos e técnicos, culminando na assinatura do primeiro tratado de cooperação nuclear em 1980 (Mallea; Specktor, 2012).

No Brasil, a política externa conduzida na etapa terminal da ditadura civil-militar, sob a presidência do general João Figueiredo (1979-1985), passou a conferir maior centralidade à América do Sul como eixo estratégico. Esse movimento ocorreu em meio à abertura política interna e ao contexto regional de instabilidade, como o conflito entre Argentina e Reino Unido pelas Ilhas Malvinas, em 1982. A neutralidade brasileira diante do conflito evitou o agravamento das tensões com Buenos Aires e preservou o canal de diálogo necessário para a continuidade da aproximação entre os dois países. Por sua parte, a Argentina adotou uma postura diplomática conciliatória, buscando reforçar os laços bilaterais como forma de enfrentar seu próprio isolamento no cenário internacional (Doratioto; Vidigal, 2021).

Na Argentina, a chamada abertura política anunciada em 1980 pela Junta Militar mostrou-se desde o início limitada e incapaz de produzir transformações efetivas. Sem prazos definidos ou metas claras, o processo era guiado mais pelo interesse da Junta Militar em preservar o regime do que por um real compromisso com a redemocratização (Friderichs, 2017). A situação se agravou com a ascensão de Leopoldo Galtieri, que tentou resgatar a legitimidade da ditadura através da mobilização nacionalista em torno da guerra das Malvinas. A derrota militar, no entanto, acelerou o colapso do regime e abriu caminho para a reconstrução democrática no país.

Esse contexto de redemocratização, combinado ao agravamento das crises econômicas em ambos os países, impulsionou uma nova fase de cooperação bilateral. Nas administrações de Alfonsín e Sarney, que foram chefes de Estado da Argentina e do Brasil, respectivamente, ocorreu uma reorientação das prioridades políticas e orçamentárias, marcada pela redução do peso das agendas militares e pela ampliação da cooperação econômica, científica e

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

institucional. A assinatura do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP) e a crescente pressão internacional por transparência e desarmamento também influenciaram a agenda dos dois países, que passaram a reforçar sua parceria como estratégia para evitar sanções e ampliar seu reconhecimento internacional (Mallea; Specktor, 2012).

No Paraguai, o processo de transição democrática seguiu uma trajetória distinta da observada nos demais países do Cone Sul. Isso se deve, em grande parte, às disputas internas que marcaram o próprio funcionamento do regime autoritário paraguaio (Rolon, 2010). O general Alfredo Stroessner permaneceu à frente do governo por mais de três décadas, entre 1954 e 1989, sustentando-se por meio da aliança entre o Partido Colorado e as Forças Armadas. No entanto, a partir dos anos 1980, as tensões internas dentro do partido começaram a desgastar a base de apoio do regime. A cisão entre os chamados "militantes", leais a Stroessner, e os "tradicionalistas", mais comprometidos com a continuidade institucional do partido, evidenciava o início de uma crise política.

Essa divisão ganhou força com o surgimento de Andrés Rodríguez, militar inicialmente aliado de Stroessner, mas que, diante do agravamento da crise econômica e das pressões internacionais por abertura política, passou a articular uma alternativa de poder. O golpe liderado por Rodríguez, em 1989, pôs fim ao regime ditatorial e inaugurou uma nova etapa institucional. Ainda que a transição tenha ocorrido por dentro do sistema político autoritário, a mudança possibilitou a elaboração de uma nova Constituição em 1992 e a reestruturação das bases políticas e econômicas do país (Rolon, 2010).

No caso do Uruguai, o processo de abertura começou ainda sob o regime militar, que controlou o país entre 1973 e 1985. A legitimidade da ditadura foi profundamente abalada após a derrota no plebiscito de 1980, no qual a população rejeitou a proposta de manter os militares no poder por meio de uma nova Constituição. Além disso, a pressão internacional em defesa dos direitos humanos, especialmente durante o governo de Jimmy Carter nos Estados Unidos, contribuiu para o enfraquecimento do regime (Coelho, 2011).

Esse contexto forçou os militares uruguaios a negociar com setores civis, o que resultou no chamado Pacto do Clube Naval, em 1984. O acordo, firmado principalmente entre o Partido Colorado e a Frente Ampla, estabeleceu um cronograma de redemocratização e garantiu anistia aos crimes cometidos durante o período ditatorial. Embora tenha possibilitado a transição formal para a democracia, o processo foi marcado por controvérsias, especialmente no que diz respeito à justiça de transição. A promulgação da Lei da Caducidade, em 1986, que garantiu impunidade aos agentes do regime envolvidos em violações de direitos humanos, revelou os limites do processo e os altos custos políticos das

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

negociações entre civis e militares (Coelho, 2011).

Com a redemocratização, os países do Cone Sul se depararam com um legado problemático herdado das ditaduras, sobretudo no campo econômico. A crise se agravou na década de 1980, marcada por estagnação econômica, inflação crescente, endividamento externo e deterioração dos indicadores sociais — um período que ficou conhecido como a "década perdida" na América Latina (Zanatta, 2017). Foi nesse cenário adverso que lideranças civis como Raúl Alfonsín, na Argentina, e José Sarney, no Brasil, assumiram a presidência, tendo como desafio imediato a reconstrução institucional e a retomada do crescimento em um ambiente regional ainda frágil e vulnerável.

No campo da política externa, o governo de José Sarney deu continuidade à aproximação com a Argentina, iniciada ainda sob a gestão de João Figueiredo. Um momento emblemático desse processo foi o encontro presidencial durante a inauguração da ponte Tancredo Neves, ligando Foz do Iguaçu (Brasil) a Puerto Iguazú (Argentina). Para além do simbolismo diplomático, o gesto representava um alinhamento político entre os dois países, com foco na consolidação da democracia e na criação de mecanismos regionais capazes de responder, com maior autonomia, aos desafios colocados pela globalização.

Esse movimento culminou na assinatura, em 1988, do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, que estabelecia metas de longo prazo para o aprofundamento da integração bilateral com horizonte de implementação em dez anos (Mercosul, 2024b).

Com a chegada dos anos 1990, conforme destaca Zanatta (2017), os princípios do neoliberalismo passaram a guiar as políticas econômicas na América do Sul. A abertura dos mercados e a busca por competitividade tornaram-se centrais nas agendas dos governos, incentivando reformas voltadas à eficiência produtiva e à atração de capital estrangeiro. Esse novo contexto contribuiu para transformar profundamente a dinâmica econômica e política da região, criando um ambiente propício para a institucionalização do Mercosul. A assinatura do Tratado de Assunção, em 1991, marcou formalmente a criação do bloco, simbolizando um novo estágio de cooperação entre os países do Cone Sul.

1.3 A formação institucional do Mercosul e o Tratado de Assunção

Com base no cenário histórico previamente apresentado, Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai estabeleceram, inicialmente, um prazo de dez anos para a consolidação de um mercado comum. No entanto, esse processo foi acelerado com a assinatura do Tratado de

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

Assunção, em 1991, que marcou oficialmente a criação do Mercosul. O acordo foi firmado pelos presidentes Fernando Collor de Mello (Brasil), Carlos Saúl Menem (Argentina), Andrés Rodríguez (Paraguai) e Luis Alberto Lacalle (Uruguai), instituindo as bases jurídicas e institucionais do bloco (Mercosul, 2024c).

Segundo Altemani e Lessa (2006), a criação do Mercosul refletia uma estratégia regional diante das incertezas do sistema internacional pós-Guerra Fria. Em vez de atuar isoladamente, os países do Cone Sul passaram a apostar na ação coletiva como forma de ampliar sua relevância global. Essa nova fase foi caracterizada pela adoção do chamado regionalismo aberto, que buscava conciliar a abertura comercial com a cooperação regional, sem recorrer à criação de barreiras protecionistas, uma prática comum nos antigos modelos de integração latino-americana.

A formação do bloco também dialogava com as reformas econômicas em curso na região, especialmente no contexto da liberalização impulsionada pelos ideais neoliberais. Ao mesmo tempo, havia uma preocupação em fortalecer a institucionalidade democrática por meio de instrumentos de integração. Esse compromisso foi simbolicamente reforçado pela inclusão de cláusulas políticas no âmbito do Mercosul, como a chamada cláusula democrática. O artigo 5º do Tratado de Assunção definiu um período de transição e de harmonização normativa, com prazo até 1994, visando adaptar os marcos legais e institucionais países-membros à nova dinâmica do bloco. Esse período, no entanto, foi atravessado por desconfianças mútuas, sobretudo entre Brasil e Argentina, desconfianças que foram sendo superadas gradualmente com o aumento das trocas comerciais e o fortalecimento das interações econômicas (Altemani; Lessa, 2006).

Apesar de liderarem as maiores economias do bloco, Brasil e Argentina tinham expectativas distintas em relação ao Mercosul. Enquanto a Argentina, já em processo de estabilização econômica, enxergava no bloco uma oportunidade para fortalecer sua inserção internacional inclusive com vistas a futuras aproximações com o Nafta, o Brasil, ainda enfrentando inflação elevada e instabilidade política, via o Mercosul como instrumento de projeção regional e de afirmação de sua autonomia frente aos Estados Unidos (Altemani; Lessa, 2006).

O Tratado de Assunção, no contexto de transição para o Mercosul, previa a eliminação gradual de barreiras alfandegárias por meio de um cronograma, tendo como eixo central a criação de Tarifa Externa Comum (TEC), ainda hoje é objeto de debates (Menezes; Penna Filho, 2006). A TEC visava promover a coesão do bloco nas negociações com terceiros e proteger as economias locais diante da abertura à globalização, beneficiando sobretudo

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

empresas já consolidadas e incentivando o comércio intra-regular. Esses objetivos estão expressos no artigo 1 do Tratado de Assunção:

> A **l**ivre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, através entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários e restrições não tarifárias à circulação de mercadorias e de qualquer outra medida de efeito equivalente;
> O estabelecimento de uma **t**arifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados e a coordenação de posições em foros econômico-comerciais
> regionais e internacionais;
> A coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais
> entre os Estados Partes - de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial e de capitais, de serviços, alfandegária, de transportes e comunicações e outras que se acordem -, a fim de assegurar condições adequadas de concorrência entre os Estados Partes;
> O compromisso dos Estados Partes de harmonizar suas legislações**,** nas áreas pertinentes, para o fortalecimento do processo de integração (MERCOSUL, 1991, cap. 1).

Por fim, em 1994, observa-se um avanço expressivo na interdependência entre os países do Mercosul, o que tornou cada vez mais custoso e complexo qualquer retrocesso no processo de integração (Menezes; Penna Filho, 2006). O volume de comércio entre os membros ultrapassou os dez bilhões de dólares, mantendo tendência de crescimento, especialmente com os superávits comerciais recorrentes do Brasil e do Paraguai ainda que esses resultados tenham diminuído no início do século XXI. Apesar das instabilidades internas e das divergências políticas entre os Estados-membros, prevaleceu a intenção de dar continuidade ao projeto integracionista, demonstrando que, mesmo com desafios, a cooperação regional seguia como um objetivo estratégico comum.

1.3. 1 Estrutura organizacional do bloco e incorporação de novos países

A estrutura institucional do Mercosul foi delineada principalmente pelo Tratado de Assunção (1991) e, mais tarde, aprofundada pelo Protocolo de Ouro Preto (1994). Este último é considerado um marco na consolidação do bloco, pois estabeleceu os principais órgãos que dariam suporte à integração, organizando-os em instâncias decisórias, consultivas e administrativas. O objetivo era garantir o funcionamento articulado do processo integracionista por meio de mecanismos institucionais próprios.

Entre os órgãos de maior relevância estão o Conselho do Mercado Comum (CMC) e o

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

Grupo Mercado Comum (GMC), encarregados da formulação de decisões estratégicas. A esses se somam a Comissão de Comércio do Mercosul (CCM) e a Secretaria Administrativa, voltadas à execução técnica e à gestão burocrática do bloco. Essa estrutura institucional representa uma tentativa de formalizar e fortalecer a cooperação regional, mas não está isenta de críticas, sobretudo no que diz respeito à sua eficácia e à participação democrática limitada nas deliberações.

O GMC, por exemplo, é o principal órgão executivo e reúne representantes dos Ministérios das Relações Exteriores dos Estados Partes. Ele atua na supervisão da implementação dos acordos firmados, no acompanhamento do cumprimento das decisões e na proposição de medidas voltadas à harmonização das políticas nacionais entre os países membros.

Ainda em 1991, os países signatários também aprovaram o Protocolo de Brasília, que instituiu os primeiros mecanismos de resolução de controvérsias dentro do Mercosul. Esse documento criou o Conselho de Solução de Controvérsias (CSC), destinado a julgar disputas que não tenham sido solucionadas por negociação direta entre os Estados. Em caso de impasse, os países podem acionar esse órgão ad hoc, cujas decisões são obrigatórias e não estão sujeitas a recurso (Mercosul, 1991).

Posteriormente, o sistema foi aperfeiçoado com o Protocolo de Olivos, em 2002, que introduziu inovações importantes. Além de permitir o recurso a organismos externos como o Órgão de Solução de Controvérsias da OMC, o protocolo estabeleceu que o mesmo litígio não pode ser julgado em instâncias distintas. Sua principal contribuição foi a criação do Tribunal Permanente de Revisão (TPR), composto por árbitros indicados por cada país-membro. O TPR confere maior institucionalidade e previsibilidade ao processo, uma vez que suas decisões são finais e vinculantes (Mercosul, 2002).

Com a entrada em vigor do Protocolo de Ouro Preto, em 1994, a estrutura institucional foi reformulada e ampliada. Além de manter o CMC e o GMC, o protocolo formalizou novos órgãos: a Comissão de Comércio (CCM), a Comissão Parlamentar Conjunta (CPC), o Foro Consultivo Econômico-Social (FCES) e a Secretaria Administrativa do Mercosul (SAM). O CMC permaneceu como instância máxima de decisão, encarregada de garantir o cumprimento dos objetivos do bloco. O Protocolo estabelece que suas reuniões devem ocorrer ao menos uma vez por semestre. O artigo 8º do Protocolo de Ouro Preto deixa evidente o caráter intergovernamental da estrutura decisória do Mercosul, já que todas as deliberações dependem da aprovação por consenso dos Estados-membros:

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

I. Velar pelo cumprimento do Tratado de Assunção, de seus Protocolos e acordos firmados em seu âmbito;
II. Formular políticas e promover as ações necessárias à conformação do mercado comum;
III. Exercer a titularidade de personalidade jurídica do Mercosul;
IV. Negociar e firmar acordos em nome do Mercosul com terceiros países, grupos de países e organizações internacionais. Estas funções podem ser delegadas ao Grupo Mercado Comum por Mandato expresso, nas condições estipuladas [...];
V. Manifestar-se sobre as propostas que lhe sejam elevadas pelo Grupo Mercado Comum;
VI. Criar reuniões de ministros e pronunciar-se sobre os acordos que lhe sejam remetidos pela mesma;
VII. Criar os órgãos que estime pertinente, assim como modificá-los ou extingui-los;
VIII. Esclarecer, quando estime necessário, o conteúdo e o alcance de suas decisões;
IX. Designar o diretor da Secretaria administrativa do Mercosul;
X. Adotar decisões em matéria financeira e orçamentária;
XI. Homologar o regimento Interno do Grupo Mercado Comum (Mercosul, 1994).

Com a adoção do Protocolo de Ouro Preto, o Grupo Mercado Comum (GMC) teve suas atribuições ampliadas, passando a exercer funções como a aprovação do orçamento do bloco, a prestação de contas e a supervisão da atuação da Secretaria Administrativa do Mercosul (SAM), conforme disposto no artigo 14 do protocolo (Mercosul, 1994). Já a Comissão de Comércio do Mercosul (CCM), também criada por esse instrumento, foi estruturada com quatro membros permanentes e quatro rotativos por Estado-parte, sendo exigida a realização de pelo menos uma reunião mensal. Entre suas competências, descritas no artigo 193, destacam-se a formulação de propostas e a coordenação de ações relativas à política comercial do bloco.

A Comissão Parlamentar Conjunta (CPC), por sua vez, é composta por representantes dos parlamentos nacionais dos Estados-membros, em número igual por país, indicados por suas respectivas casas legislativas. Seu principal objetivo é contribuir para a harmonização e a agilidade nos processos legislativos internos, no que se refere à implementação das decisões adotadas pelos órgãos superiores do Mercosul (Mercosul, 1994). Já o Foro Consultivo Econômico-Social (FCES) constitui uma instância de representação da sociedade civil, reunindo representantes dos setores econômicos e sociais dos países-membros. De caráter exclusivamente consultivo, o FCES não possui poder decisório, mas tem como função fornecer subsídios técnicos e políticos aos demais órgãos do bloco no avanço da integração regional (Mercosul, 1994).

A Secretaria Administrativa do Mercosul (SAM) foi criada com a finalidade de oferecer

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

apoio técnico e operacional ao funcionamento do bloco. Entre suas principais funções estão a divulgação das ações institucionais, a organização e tradução oficial dos documentos produzidos no âmbito do Mercosul, além de prestar suporte administrativo aos demais órgãos decisórios. A SAM atua sob a supervisão do CMC, do GMC e da CCM (Mercosul, 1994).

Em 1998, os Estados-membros firmaram o Protocolo de Ushuaia, considerado um marco na consolidação dos compromissos democráticos no Mercosul. O documento estabelece que todos os integrantes do bloco devem promover e preservar a ordem democrática em seus territórios. Em casos de ruptura democrática, prevê-se inicialmente o diálogo com o Estado responsável. Persistindo a violação, poderão ser aplicadas sanções progressivas, que vão desde a suspensão de direitos e benefícios até o afastamento completo do país das instâncias e obrigações do Mercosul (Mercosul, 1998).

Mais adiante, em 2004, o Conselho do Mercado Comum (CMC) instituiu, por meio da Decisão n.º 45/04, o Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM). O objetivo central do fundo é reduzir as assimetrias estruturais e econômicas entre os Estados Partes, por meio de aportes financeiros não reembolsáveis. As contribuições são definidas com base na capacidade econômica de cada país, sendo o Brasil o maior responsável, com cerca de 70% do total, seguido da Argentina (27%), Uruguai (2%) e Paraguai (1%). O FOCEM passou a operar efetivamente em 2006, adotando um modelo redistributivo que privilegia os países com menor capacidade contributiva, na tentativa de impulsionar melhorias em suas infraestruturas e promover uma integração regional mais equilibrada (FOCEM, 2004).

Esse conjunto de avanços reflete a evolução institucional do Mercosul e o fortalecimento das relações políticas e econômicas entre os seus membros. Ainda assim, é preciso reconhecer que o bloco permanece em processo de consolidação como um verdadeiro mercado comum. A integração plena entre os países requer etapas adicionais, mas os progressos acumulados nas últimas décadas indicam um movimento contínuo e gradual nessa direção.

Na sequência, apresenta-se a estrutura institucional atual do Mercosul (MERCOSUL, 2024a). No entanto, para compreender o funcionamento da organização internacional em questão, é essencial considerar que sua trajetória foi marcada tanto por avanços institucionais quanto por períodos de crise e pelo ingresso de novos membros. Um exemplo emblemático é o caso da Venezuela, cuja adesão foi formalizada apenas em 2012, por meio da aprovação do Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela (RBV), embora o pedido formal tenha sido apresentado já em 2006 (Brasil, 2016). A morosidade do processo de adesão se

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

deve às exigências previstas no Tratado de Assunção. De acordo com o capítulo IV, artigo 20, a incorporação de novos membros depende de decisão unânime dos Estados Partes e exige que o país postulante seja membro da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) (MERCOSUL, 1991). Além disso, os protocolos de adesão devem ser ratificados pelos parlamentos nacionais de cada Estado Membro.

No contexto brasileiro, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) posicionou-se favoravelmente à entrada da Venezuela, destacando o potencial energético do país – especialmente sua produção de petróleo e o aumento do mercado consumidor como fatores estratégicos capazes de fortalecer tanto as economias nacionais quanto o poder de barganha do bloco em negociações internacionais. Além disso, previa-se um impacto positivo sobre a economia brasileira (Domingues; Ribeiro; Rocha, 2008).

Ao firmar o Protocolo de Adesão, a Venezuela comprometeu-se a respeitar o Tratado de Assunção (1991) e a acatar todas as normas e decisões previamente adotadas no âmbito do Mercosul, incluindo a Tarifa Externa Comum (TEC). O documento também previa a criação de um Grupo de Trabalho responsável por definir metas e cronogramas para a harmonização da legislação venezuelana com o acervo normativo do bloco, favorecendo sua inserção progressiva nas instâncias decisórias do Mercosul (MERCOSUL, 2005).

Contudo, a entrada da Venezuela foi marcada por controvérsias e desconfianças entre os demais Estados Partes. Desde o início, questionava-se a capacidade do país de cumprir os compromissos assumidos, especialmente em relação à cláusula democrática, que exige o respeito à liberdade de imprensa e aos direitos civis. À época, o governo de Hugo Chávez promovia reformas institucionais e econômicas que eram vistas como incompatíveis com os princípios fundacionais do bloco (Silva; Arce, 2011). Ainda assim, havia uma expectativa de que sua adesão pudesse contribuir para o fortalecimento gradual das instituições democráticas venezuelanas e mitigar os traços autoritários do chavismo.

Na prática, a efetivação da adesão venezuelana só foi possível em 2012, em um contexto marcado por tensões com o Paraguai, que demonstrava resistência à entrada do país, alegando preocupações com possíveis interferências políticas e com o comprometimento da cláusula democrática. A suspensão temporária do Paraguai naquele mesmo ano, em decorrência do controverso impeachment do presidente Fernando Lugo, permitiu a aprovação da entrada da Venezuela sem a necessidade de seu voto (Frizzera, 2013). No entanto, em 2017, a Venezuela foi novamente suspensa do Mercosul por descumprir os princípios estabelecidos no Protocolo de Ushuaia. Desde então, o país está afastado das instâncias e negociações do bloco, motivo pelo qual sua participação não será objeto de análise nesta

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

pesquisa (MERCOSUL, 2017).

Outro país sul-americano que apresentou solicitação formal para integrar o Mercosul foi a República Plurinacional da Bolívia, cujo pedido foi oficializado em 2006 (MERCOSUL, 2012). Diferentemente da Venezuela, a Bolívia já era membro da Comunidade Andina das Nações (CAN), bloco regional que opera com uma estrutura tarifária distinta da adotada pelo Mercosul (PONTES, 2007). Embora a participação concomitante em diferentes processos de integração regional não seja vedada, a coexistência de regimes tarifários diversos especialmente no que se refere à Tarifa Externa Comum (TEC) representa um desafio técnico e comercial relevante.

Além das questões relacionadas à ampliação do bloco, o Mercosul também enfrentou períodos de instabilidade econômica e política que impactaram diretamente sua dinâmica interna. Um episódio de destaque foi a crise de desvalorização do real, ocorrida em 1999. Para avaliar os efeitos desse evento sobre os demais países do bloco, é necessário considerar o peso relativo da economia brasileira na estrutura regional: por ser a maior entre os membros, qualquer flutuação significativa em sua economia tende a gerar impactos desproporcionais sobre os parceiros comerciais do Mercosul (Vegas, 1999).

Durante a implementação do Plano Real, iniciado em 1994, o Brasil adotou um regime de câmbio fixo, atrelando sua nova moeda ao dólar norte-americano como estratégia para conter a hiperinflação. No entanto, a combinação da crise mexicana com a deterioração das reservas cambiais do Banco Central brasileiro tornou esse modelo insustentável. Em 1999, o governo brasileiro foi forçado a adotar um regime de câmbio flutuante, dando início à chamada Crise do Real. Apesar dos temores iniciais, a inflação interna manteve-se relativamente controlada, o que contribuiu para uma desvalorização prolongada da moeda nacional (CEPAL, 1999).

Como evidenciado nos quadros 1 e 2 a seguir, o comércio intra-Mercosul demonstrava uma dependência significativa do mercado brasileiro. Em contrapartida, o Brasil apresentou menor sensibilidade econômica em relação aos demais membros, o que ficou evidente na redução das importações brasileiras oriundas do bloco durante o período de crise. Esse desequilíbrio evidenciou as fragilidades estruturais da integração regional e os desafios da assimetria econômica entre os países-membros.

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

Quadro 1 - Importações do Brasil por país de origem 1998-1999

Origem	1998	%	1999	%	% Variação 98-99
Total	**57.729.888**	**100**	**49.210.313,55**	**100**	**-14,74**
Mercosul	9.423.886.41	16,32	6.718.907,28	13,65	-28,70
Argentina	8.032.609,54	13,91	5.812.388,71	11,81	-27,64
Paraguai	349.018,91	0,60	259.808,03	0,53	-25,56
Uruguai	1.042.257,96	1,81	646.710,54	1,31	-37,95

Fonte: Cepal, 1999 (tradução nossa).

Quadro 2 - Exportações do Brasil por destino 1998-1999

Destino	1998	%	1999	%	% Variação 98-99
Total	**51.139.861,55**	**100**	**48.011.444,03**	**100**	**-6,12**
Mercosul	8.878.233,84	17,36	6.777.871,67	14,12	-23,66
Argentina	6.748.203,94	13,20	5.363.954,06	11,17	-20,51
Paraguai	1.249.436,21	1,44	744.284,06	1,55	-40,43
Uruguai	880.593,69	1,72	669.633,55	1,39	-23,96

Fonte: Cepal, 1999 (tradução nossa).

A Argentina foi o país que mais sofreu com os impactos da crise do real em 1999, especialmente no setor automobilístico, que registrou uma queda de 21,7% nas exportações totais do país. Dada a grande dependência da economia brasileira, houve uma expressiva retração da atividade econômica argentina. Em resposta, surgiram demandas internas por parte de setores produtivos argentinos, que defendiam a imposição de tarifas aos produtos brasileiros como forma de compensar as perdas. No entanto, tal proposta contraria os princípios fundamentais da integração econômica regional. Essa conjuntura contribuiu significativamente para o agravamento da crise argentina de 2001–2002.

Em 1999, ocorreram as eleições presidenciais na Argentina, nas quais Carlos Menem deixou o poder e Fernando de la Rúa assumiu a presidência. Contudo, os fatores que desencadearam a crise do início do século XXI já estavam sendo gestados anteriormente. A sucessão de choques externos como a crise do México em 1994, a crise asiática em 1997 e, por fim, a crise do real resultou em uma fuga de capitais e afastamento dos investimentos estrangeiros na Argentina. Nesse contexto, tornou-se cada vez mais insustentável manter o

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

regime de câmbio fixo entre o peso argentino e o dólar americano, implementado durante o governo Menem como estratégia de combate à hiperinflação, mas que acabou contribuindo para o aprofundamento da crise (Santoro, 2019). Na tentativa de sustentar a paridade cambial em um cenário de valorização do dólar, o governo argentino recorreu a empréstimos internacionais para manter a estabilidade macroeconômica e honrar sua dívida externa.

O então ministro da Economia, José Luis Machinea, iniciou negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI), resultando na chamada "blindagem econômica", que consistiu em três acordos que culminaram na liberação de US$ 39 bilhões em empréstimos. Em contrapartida, o FMI exigiu reformas estruturais, incluindo alterações no sistema previdenciário, como o aumento da idade mínima para aposentadoria, e a assinatura de um pacto fiscal com as províncias (Fernandes; Freitas; Wegner, 2020).

A sucessão de renúncias dentro do governo entre elas, a do vice-presidente e do próprio ministro da Economia agravou ainda mais a instabilidade política. Nesse cenário, Fernando de la Rúa nomeou Domingo Cavallo como novo ministro da Economia, o mesmo responsável pela criação do regime de câmbio fixo na década anterior. Cavallo tentou manter a paridade cambial a todo custo, agora vinculando o peso não apenas ao dólar, mas também ao euro, o que acabou afastando ainda mais os investidores (Santoro, 2019).

Com o agravamento da crise, o governo impôs restrições a saques bancários e proibiu transferências internacionais de capitais, o que gerou grande insatisfação popular. O descontentamento levou à renúncia de Fernando de la Rúa, agravando a instabilidade política do país. A desvalorização da moeda, no entanto, acabou favorecendo momentaneamente as exportações argentinas dentro do Mercosul. Ainda assim, Cavallo passou a criticar a Tarifa Externa Comum (TEC) e aumentou as tarifas comerciais com o Brasil. Simultaneamente, observou-se um movimento de preferência por produtos nacionais, já que os importados inclusive os originários do próprio bloco tornaram-se mais caros, o que favoreceu a indústria argentina em curto prazo (Santoro, 2019).

Essas crises econômicas e políticas geraram impactos diretos no processo de integração regional. Observou-se uma diminuição da aproximação entre os Estados membros e o aumento de divergências internas, levando a um período de estagnação da integração. As medidas adotadas buscavam, em grande parte, compensar as perdas econômicas por meio de políticas nacionais, especialmente por parte dos países com maior peso econômico no bloco, o que contrariava a lógica de um mercado comum. Paradoxalmente, esse cenário também evidenciou a necessidade de aprofundar a integração regional como forma de garantir maior previsibilidade e capacidade de resposta coordenada diante de choques externos. Isso reforça

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

como as economias e os contextos políticos da região estão profundamente interligados.

1.3.2 A perspectiva crítica: o Mercosul "desde cima" e as classes dominantes

A análise do Mercosul sob uma perspectiva crítica, conforme proposta por Julián Kan (2013; 2015), exige ir além da formalidade dos tratados e observar as forças sociais que sustentam a integração. O autor cunha o conceito de (*Mercosur desde arriba*) para descrever um processo de integração que, embora conduzido pelos Estados, atende prioritariamente aos interesses das grandes empresas nacionais e transnacionais instaladas na região.

Segundo essa abordagem, as oscilações do bloco não são apenas fruto de vontade política ou ideologia partidária, mas reflexo das necessidades de acumulação das frações de classe dominantes. Kan argumenta que, tanto nos governos neoliberais quanto nos governos desenvolvimentistas (progressistas), a integração serviu como uma plataforma para que grandes grupos econômicos expandissem seus mercados e ganhassem escala produtiva.

Assim, as divergências no bloco (como a revisão da TEC ou acordos com a China) devem ser lidas como conflitos entre diferentes setores do capital: de um lado, setores industriais que exigem proteção (historicamente fortes na Argentina e em parte do Brasil) e, de outro, setores do agronegócio e extrativistas que demandam abertura comercial irrestrita (fortes no Uruguai, Paraguai e no Brasil recente).

Nesse contexto, desde sua criação, o Mercosul foi concebido como um instrumento estratégico para atender interesses nacionais, especialmente de Brasil e Argentina. Internamente, o bloco ofereceu uma resposta às pressões econômicas decorrentes da abertura comercial promovida nos anos 1990. No caso brasileiro, por exemplo, a exposição à concorrência internacional colocou em risco a sobrevivência de setores industriais menos competitivos frente a produtos de economias centrais. A integração regional, portanto, tornou-se uma alternativa para preservar o mercado doméstico, ao criar um espaço regional de circulação preferencial de bens. A Tarifa Externa Comum (TEC) desempenhou papel central nesse processo, funcionando como mecanismo de proteção comercial e estímulo à consolidação de cadeias produtivas regionais (Mercosul, 2024b).

Outro ponto central do intergovernamentalismo liberal é a ênfase no papel dos chefes de Estado como agentes estratégicos no processo de integração. Tal protagonismo torna-se ainda mais evidente em contextos nos quais as instituições supranacionais são frágeis e a estrutura decisória depende fortemente da vontade política dos líderes nacionais. Nos países do Cone Sul, em um cenário de redemocratização, a diplomacia presidencial emergiu como uma das

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

principais ferramentas para a construção da integração regional. Como observa Malamud (2003), os presidentes não apenas impulsionaram os primeiros acordos, como também moldaram a arquitetura institucional do Mercosul, ao evitar a delegação de competências a instâncias supranacionais. Esse traço reforça a natureza intergovernamental do bloco e sua dependência de lideranças políticas específicas, dificultando a criação de uma estrutura mais autônoma e tecnicamente consolidada.

Diferentemente de modelos de integração mais institucionalizados, como o da União Europeia, o Mercosul apresenta uma frágil divisão de competências entre seus órgãos. As decisões de maior impacto continuam concentradas nas mãos dos países com maior peso político e econômico, notadamente Brasil e Argentina, o que marginaliza os membros menores e limita sua capacidade de influência sobre os rumos do bloco. Nesse sentido, o Mercosul reflete uma lógica de assimetria estrutural, tanto em termos econômicos quanto na distribuição de poder político.

A centralidade dos presidentes também evidencia um padrão de integração altamente personalista e volátil. Em períodos de convergência ideológica entre os líderes, observa-se maior coesão e avanço no processo integracionista. Por outro lado, em momentos de tensões políticas ou mudanças abruptas nas administrações nacionais, o bloco tende à paralisia e à fragmentação. Essa dinâmica é agravada pela baixa participação social e pela limitada institucionalização dos canais de deliberação democrática no Mercosul, o que reforça a dependência da vontade política dos presidentes e compromete a legitimidade do processo decisório (Cachiolo, 2017). As controvérsias em torno da adesão da Venezuela e da Bolívia ilustram de forma clara como essas decisões foram moldadas mais por cálculos políticos de curto prazo do que por critérios institucionais consistentes.

Essas características ficam particularmente evidentes no funcionamento do Conselho do Mercado Comum (CMC), órgão supremo do Mercosul. Composto pelos ministros das Relações Exteriores e pelos presidentes dos Estados Partes, o CMC é responsável por definir as diretrizes políticas do bloco e aprovar normas de alcance regional. No entanto, a exigência de unanimidade nas decisões reforça a lógica intergovernamental, uma vez que a efetividade do CMC depende diretamente da disposição dos líderes em cooperar e do alinhamento de seus interesses nacionais. Embora as decisões do CMC tenham caráter vinculante, elas precisam ser incorporadas aos ordenamentos jurídicos nacionais por meio dos respectivos processos legislativos, o que preserva a soberania dos Estados, mas também contribui para a lentidão na implementação das medidas e acentua a influência das elites políticas domésticas.

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

CAPÍTULO 2: A DINÂMICA POLÍTICA DO MERCOSUL ENTRE 2017-2024

Este capítulo está dividido em três seções interligadas. A primeira aborda, de forma sintética, as principais transformações políticas ocorridas nos quatro países membros do Mercosul durante a segunda década do século XXI. Na segunda seção, será feita uma análise mais aprofundada dos contextos político-domésticos e internacionais dos governos de Mário Abdo Benitez (Paraguai), Jair Bolsonaro (Brasil), Alberto Fernandez (Argentina) e Luis Lacalle Pou (Uruguai), destacando como suas visões particulares sobre a integração influenciaram a atuação de seus respectivos países no bloco. Por fim, a terceira seção examina as presidenciais pro tempore exercidas por esses mandatários entre 2020 e 2022, com o objetivo de compreender de que maneira suas interpretações políticas impactaram as prioridades, os discursos e os rumos da agenda regional do Mercosul.

2. 1 Perfil politico dos paises membros no recente

O início da década de 2010 marcou um período de continuidade política no Brasil, com a chegada de Dilma Rousseff (2011-2016) à presidência pelo Partido dos Trabalhadores (PT), sucedendo Luiz Inácio Lula da Silva. Embora tenha buscado preservar os principais eixos da política externa de seu antecessor, Dilma demonstra menor envolvimento pessoal com os assuntos internacionais, adotando perfil menos ativo na diplomacia presidencial. Nesse contexto, a condução da política externa ficou mais concentrada nas mãos do ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota. Ainda assim, o governo manteve o Mercosul como uma prioridade estratégica e reforçou a parceria com a Argentina como eixo central das relações regionais (Doratioto; Vidigal; 2021).

Durante o governo de Dilma Rousseff, algumas decisões contribuíram para o desgaste de sua imagem política e para o aprofundamento da polarização interna no Brasil. Um dos episódios mais emblemáticos foi o alinhamento político e ideológico com os governos de Hugo Chávez e, posteriormente, de Nicolás Maduro na Venezuela. Esse posicionamento resultou em uma controvérsia marcante dentro do Mercosul: a suspensão do Paraguai, sob o argumento de ruptura democrática após o impeachment do presidente Fernando Lugo, e a consequente entrada da Venezuela no bloco. A decisão foi amplamente criticada no cenário internacional, sendo interpretada como uma industrialização política das normas do Mercosul. Tal episódio evidenciou que os interesses nacionais, especialmente os do prevalecem sobre a construção de uma institucionalidade sólida e coerente dentro do bloco

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

(Doratioto; Vidigal, 2021).

Essa forma como foi conduzida a suspensão do Paraguai e a posterior adesão da Venezuela revelou fragilidades institucionais do Mercosul, especialmente no que diz respeito a aplicação seletiva de suas normas e a falta de mecanismos imparciais de medição. A decisão foi tomada de maneira acelerada e sem consenso pleno, gerando questionamentos sobre a legitimidade do processo e sobre a real eficácia da cláusula democrática do bloco. Ao invés de reforçar os compromissos democráticos entre os membros, o episódio alimentou a percepção de que o Mercosul estava sendo utilizado como instrumento de conveniência política, enfraquecendo sua credibilidade tanto interna quanto externamente.

Durante o impeachment de Dilma, seu vice-presidente Michel Temer (2016-2018), do Movimento Democratico Brasileiro (MDB), assumiu a presidência e promoveu mudanças significativas na condução da política externa brasileira. Em parte do seu governo, passaram pelo Itamaraty os ministros José Serra e, posteriormente, Aloysio Nunes. A inflexão mais evidente foi a adoção de uma orientação neoliberal mais clara, acompanhada de um distanciamento em relação ao Mercosul com exceção da Argentina, que manteve posição de destaque na agenda bilateral. Para José Serra, o comércio internacional deveria ocupar o centro da política externa, utilizando o Itamaraty como instrumento para ampliar as relações econômicas do Brasil com o mundo. Já sob Aloysio Nunes, destacou-se a tentativa de isolar politicamente a Venezuela, nesse contexto, foi justificada com uma defesa da cláusula democrática, mas também refletiu a reorientação ideológica do governo brasileiro e a crescente polarização política no cenário doméstico, fatores que influenciaram diretamente a forma como o Brasil passou a se posicionar no Mercosul (Doratioto; Vidigal, 2021).

Portanto, na Argentina, a presidência de Cristina Fernández de Kirchner (2007-2015), pelo Partido Justicialista (PJ), foi marcada por uma política externa voltada ao fortalecimento do diálogo e da cooperação regional. A mandatária demonstrava interesse em consolidar a liderança argentina no cenário latino-americano, posicionando-se como uma interlocutora relevante tanto no Mercosul quanto em fóruns mais amplos, como o G20, que reúne as maiores economias do mundo, representando cerca de 80% da economia mundial.Embora reconhecesse a relevância do Mercosul para a economia do país, especialmente pelo escoamento de produtos manufaturados, passou a valorizar outros espaços de articulação, como a UNASUL, que é uma organização formada por países sul-americanos para promover cooperação política e econômica na região e o G20, considerados mais eficazes para inserção regional e global da Argentina (Zelicovich; 2011).

Com a eleição de Maurício Macri (2015-2019), da coalizão “Cambiemos", a

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

Argentina vivenciou uma inflexão em sua política externa, marcada pelo fim do ciclo de governos de esquerda no país. Macri priorizou o alinhamento com os países ocidentais, especialmente Estados Unidos, União Europeia e China, buscando fortalecer laços comerciais e políticos com essas regiões. Essa postura também se refletiu em seu apoio ao governo de Michel Temer no Brasil, com quem compartilhou afinidades ideológicas. Durante sua gestão, procurou acelerar as negociações do acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia e adotou uma posição crítica em relação a Venezuela, questionando sua presença no bloco com base na violação de princípios democráticos e de direitos humanos e além disso, criticou a rigidez da Tarifa Externa Comum (TEC), defendendo uma maior flexibilização, o que gerou tensões internas e expõe divergências sobre os rumos da integração regional (Busso, Zeilcovich, 2016).

Já no Uruguai, a chamada de José Mujica (2010-2015), da coalizão de esquerda Frente Ampla, representou uma defesa ativa da integração regional. Em um contexto de estagnação e incerteza no interior do Mercosul, Mujica buscou fortalecer os mecanismos internos do bloco, como o FOCEM, incentivando projetos de infraestrutura e a redução de barreiras intra-regionais. Sua proposta era transformar o Mercosul de um espaço meramente intergovernamental em uma instância com maior capacidade supranacional, o que permitiria maior coesão entre os membros.

Na época, o presidente José Mujica também buscou acelerar a entrada da Venezuela no Mercosul, enxergando nessa adesão uma oportunidade para reduzir as assimetrias regionais. Entretanto, sua tentativa de agilizar o processo por meio de mecanismos que enfraquecem a prerrogativa dos parlamentos nacionais na ratificação dos protocolos gerou tensões significativas, sobretudo com o Paraguai, deixando marcas duradouras nas relações bilaterais (Batalla, 2013).

Diante disso, após o governo de José Mujica, Tabaré Vázquez (2015-2020) foi eleito presidente pelo mesmo partido, a Frente Ampla, mas adotou uma postura mais pragmática em relação ao Mercosul. Reconhecendo a necessidade de reformular os principais e os compromissos do bloco, Vázquez defendeu uma reestruturação das bases de cooperação, centrada em interesses comuns entre os Estados-membros, que buscou aprimorar a atuação do FOCEM, visando torná-lo mais eficaz na superação das desigualdades regionais. Além disso, teve participação ativa na promoção das negociações de acordo entre o Mercosul e a União Europeia e defendeu a aceleração do processo de adesão da Bolívia ao bloco (Argentina, 2024).

Portanto, Fernando Lugo (2007-2012) rompeu com o domínio da direita no Paraguai, mas

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

ainda dependia do apoio do Partido Colorado, que avançou na cooperação energética com o Brasil, mas enfrentou resistência interna à entrada da Venezuela no Mercosul. Seu impeachment, criticado por países da região, resultou na suspensão do Paraguai e na posterior adesão da Venezuela ao bloco (Ribeiro; Oliveira, 2018).

Em meio a crise, o vice-presidente Federico Franco (2012-2013), do Partido Liberal, assumiu o governo e questionou a legitimidade da suspensão paraguaia, alegando que o Senado nacional não havia ratificado o Protocolo de Ushuaia, o que invalidaria a punição. Logo rejeitou também a adesão venezuelana ao bloco e buscou estreitar relações com os Estados Unidos, sinalizando um reposicionamento externo do país (Almeida; Santana, 2014). Com as eleições de 2013, Horacio Cartes (2013-2018), do Partido Colorado, assumiu a presidência, encerrando o período de isolamento paraguaio no Mercosul e durante sua gestão, a adesão da Venezuela foi formalmente reconhecida, embora persistisse reservas e desconfianças em relação aos rumos do bloco (Sant'Anna, 2017).

2. 2 O papel dos chefes de Estado nas estratégias nacionais de integração

Nesta seção, serão examinados os aspectos internos e externos dos países membros do Mercosul durante os mandatos de Jair Bolsonaro (Brasil), Mário Abdo Benitez (Paraguai), Alberto Fernandez (Argentina) e Luis Lacalle Pou (Uruguai). A análise desses governos permite compreender como cada um se posicionou frente ao processo de integração regional.

Considerando que a dinâmica do Mercosul está fortemente condicionada pelas orientações políticas dos chefes de Estado e por suas conjunturas domésticas, busca-se demonstrar de que forma essas lideranças influenciaram positiva ou negativamente na atuação e na eficácia do bloco, a partir de uma abordagem que articula fatores internos e de política externa.

2. 2.1 O Mandato Paraguaio: Mario Benítez

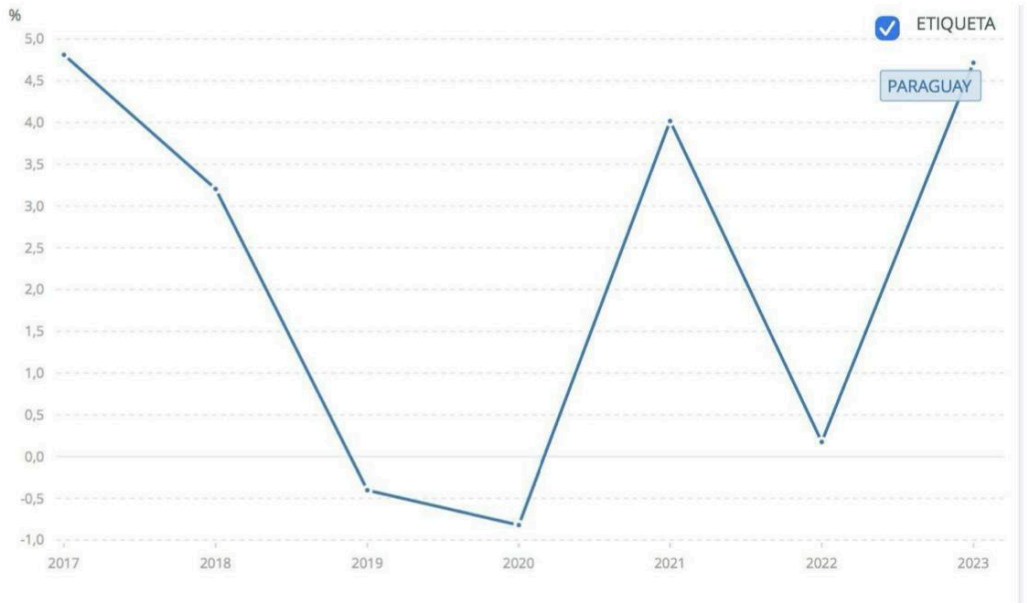
Durante o período de 2018 a 2023, o Paraguai foi governado por Mário Abdo Benítez, representante do tradicional Partido Colorado. Seu mandato se desenvolveu em um contexto regional marcado por tensões políticas, desafios econômicos e debates sobre o futuro da integração no Cone Sul. Ao longo desse período, o Paraguai manteve uma postura política de não questionamento, mas também enfrentou objeções sobre sua inserção regional e o papel que exerceu no âmbito do Mercosul. Analisar o governo de Benitez permite compreender

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

como as escolhas políticas internas influenciaram a atuação do país no cenário sul-americano e quais foram os impactos dessa gestão para a dinâmica do bloco regional.

Para compreender os desdobramentos externos do Paraguai durante o governo de Mário Abdo Benitez, é importante, inicialmente, considerar o contexto interno do país (Burn, 2010). A análise da conjuntura econômica paraguaia no período evidencia um cenário de instabilidade, como demonstrado na Figura 1, que apresenta uma queda expressiva do Produto Interno Bruto (PIB), especialmente em 2020, em sintonia com a recessão global provocada pela pandemia da Covid-19. Essa retração refletiu diretamente na redução da produção de bens e serviços.

Figura 1 - Evolução do PIB do Paraguai (2017-2023)

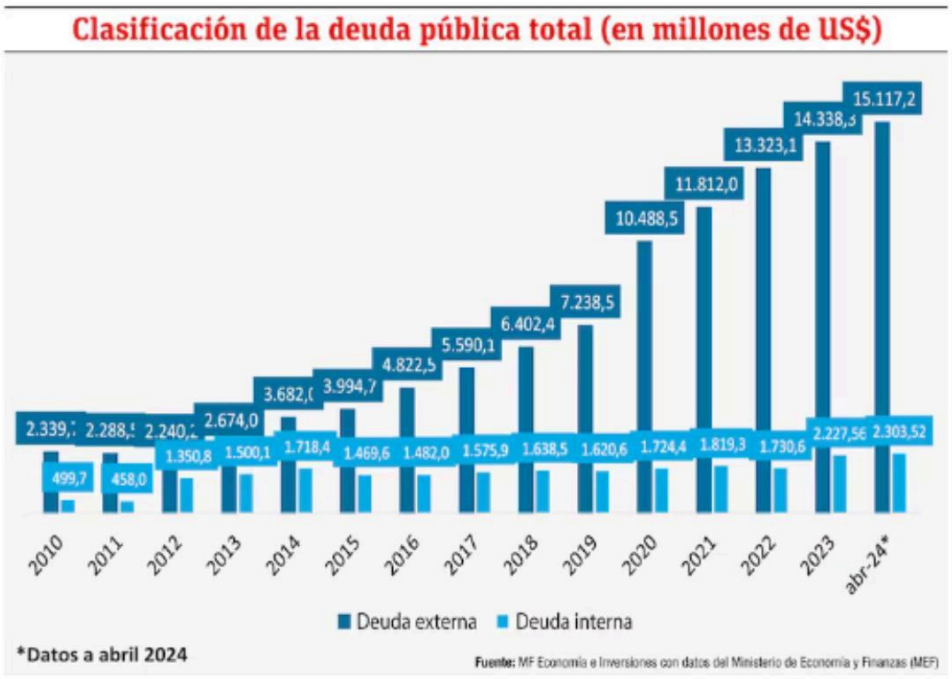


Fonte: Banco Mundial, 2024.

Paralelamente, observa-se um aumento considerável da dívida pública conforme a Figura 3 que atingiu níveis recordes ao longo da gestão, encerrando o mandato com um valor próximo a 35% do PIB nacional. A esse cenário somam-se se pressões inflacionárias crescentes, agravando ainda mais a situação econômica, ou seja, a economia paraguaia enfrentou um período de recessão profunda, marcado pela queda na geração de riquezas e pelo desequilíbrio das contas públicas, o que influenciou diretamente a política externa do país, especialmente na busca por novos mercados para suas exportações.

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

Figura 2 - Evolução da dívida pública do Paraguai (2017-2023)



Fonte: Ministério da Fazenda do Paraguai (MF), 2024.

Diante disso, a crise econômica vivida pelo Paraguai se intensificou ainda mais diante da instabilidade política gerada pelas negociações das tarifas de energia da Usina de Itaipu, realizadas entre os governos de Mário Abdo Benitez e Jair Bolsonaro. O episódio ficou marcado por um forte desgaste interno no Paraguai, após vir a público o chamado “acordo secreto”, que foi amplamente interpretado pela sociedade paraguaia como uma traição aos interesses nacionais. A repercussão política foi imediata, culminando na renúncia do então ministro das Relações Exteriores do Paraguai, conforme, previsto no tratado original de 1973, a energia produzida por itaipu deveria ser dividida igualmente entre Brasil e Paraguai, sendo que a parte não utilizada poderia ser vendida, com prioridade de compra para o Brasil. No entanto, como o Paraguai consome apenas cerca de 15% da energia que lhe cabe, o restante é regularmente comercializado com o país vizinho e durante o governo Bolsonaro, consolidou-se a interpretação de que o Brasil continuava adquirindo energia excedente mesmo sem demanda real, o que teria gerado custos adicionais e provocando tensões nas negociações (Schreiber, 2019).

Do ponto de vista brasileiro, uma das principais críticas ao Tratado de Itaipu reside na percepção de que o Paraguai obtêm benefícios desproporcionais em função das assimetrias

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

presentes no acordo. O centro das disputas mais recentes esteve no Anexo C do tratado, que trata da repartição dos lucros e da energia gerada pela usina. O Paraguai, como país com menor capacidade de consumo energético, buscou negociar esse anexo com o objetivo de conquistar maior autonomia sobre a parcela de energia não utilizada, permitindo sua comercialização com terceiros e sua inserção no mercado internacional (Campos; Verdelio, 2019).

Além disso, outro ponto de tensão refere-se ao modelo de cobrança adotado. Apesar de consumir uma fração reduzida da energia total, o Paraguai é obrigado a arcar com os custos da potência contratada, ou seja, paga também pela energia que, embora disponível, não chega a ser efetivamente utilizada. Essa fórmula de cálculo eleva os custos para o país e reforça as críticas internas ao tratado, uma vez que os encargos da usina são rateados com base na potência contratada e não no consumo real. Tais questões acentuam o sentimento de desigualdade na parceira e alimentam o debate sobre a necessidade de revisar os termos do acordo, especialmente no contexto da crescente demanda paraguaia por maior soberania energética e inserção autônoma no comércio regional.

Entretanto, apesar das reivindicações paraguaias por maior autonomia na gestão da energia não utilizada, o próprio tratado previa a ampliação da contratação de potência por parte do Paraguai, ainda que essa não fosse totalmente consumida. E esse dispositivo criou obrigações de pagamento pela energia contratada, independente do uso efetivo, gerando custos adicionais para o país. Na perspectiva brasileira, tal cláusula representava um mecanismo de compensação, uma vez que o Brasil arcava com a maior parte dos custos operacionais da usina e continuava adquirindo energia paraguaia a preços mais baixos (Campos; Verdelio, 2019).

Enfim, a partir da análise dos principais acontecimentos políticos e econômicos durante o governo de Mário Abdo Benitez, torna-se possível compreender com maior clareza o posicionamento do Paraguai no âmbito do Mercosul no período em questão. As instabilidades políticas e econômicas dificultaram o avanço das agendas regionais, refletindo um cenário comum também a outros membros do bloco.

2.2.2 O Mandato Brasileiro: Jair Bolsonaro

O governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) marcou uma inflexão na política externa brasileira, com posturas nacionalistas e críticas ao multilateralismo. No Mercosul , sua gestão defendeu maior flexibilidade e gerou tensões que afetaram a coesão e o avanço do bloco.

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

No Brasil, o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), filiado ao Partido Social Liberal (PSL), assumiu a presidência com uma visão distinta para o Mercosul, pautada por uma orientação mais liberal na economia. Sua ascensão ao poder ocorreu em meio às instabilidades políticas dos períodos anteriores, marcadas pelo impeachment de Dilma Rousseff e pela forte polarização gerada pelos escândalos de corrupção envolvendo o Partido dos Trabalhadores (PT). Nesse contexto, o novo governo buscou romper com a tradição diplomática anterior, defendendo maior abertura comercial e flexibilização das regras do bloco regional (Costa, 2019).

Segundo Araújo, Paulo Guedes assumiu o Ministério da Economia com uma orientação neoliberal, promovendo medidas inspiradas nas reformas dos anos 1990, voltadas à redução da presença do Estado na economia e à ampliação das privatizações. Embora defendesse a autorregulação do mercado, adotou internamente medidas pontuais com inspiração keynesiana, especialmente em momentos de crise, quando admitia a intervenção estatal. Tanto Guedes quanto o presidente Bolsonaro compartilhavam a visão de que os gastos públicos estavam inflacionados pela atuação estatal em setores passíveis de gestão privada. Nesse sentido, implementaram um programa de privatizações que incluiu a BR Distribuidora, Liquigás, campos de petróleo da Petrobras, a Transportadora Associada de Gás (TAG), além da extinção da Companhia Docas do Maranhão (Codomar) e da Companhia de Armazéns e Silos de Minas Gerais (Casemg) (Martendal, 2022).

Durante o segundo ano de governo de Jair Bolsonaro, o surgimento da pandemia de Covid-19 impôs desafios imprevistos, tanto em nível nacional quanto internacional. A crise sanitária teve repercussões diretas no comércio global e nas dinâmicas políticas internas e externas. No Brasil, o crescimento econômico observado em 2019, de 1,4%, deu lugar a uma retração significativa em 2020, com uma queda de -4,1% no PIB, afetando especialmente os setores industriais e de serviços (Araújo, 2023).

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

Figura 3 - Resultado do PIB de 2020

Crescimento acum. 4 trimestres	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
PIB	**0.5**	**-3.5**	**-3.3**	**1.3**	**1.8**	**1.4**	**-4.1**
Oferta							
Agropecuária	2.8	3.3	-5.2	14.2	1.3	0.6	2.0
Indústria	-1.5	-5.8	-4.6	-0.5	0.7	0.4	-3.5
Serviços	1.0	-2.7	-2.2	0.8	2.1	1.7	-4.5
Demanda							
Consumo das Famílias	2.3	-3.2	-3.8	2.0	2.4	2.2	-5.5
Consumo do Governo	0.8	-1.4	0.2	-0.7	0.8	-0.4	-4.7
FBCF	-4.2	-13.9	-12.1	-2.6	5.2	3.4	-0.8
Exportação	-1.6	6.8	0.9	4.9	4.1	-2.4	-1.8
Importação (-)	-2.3	-14.2	-10.3	6.7	7.7	1.1	-10.0

Fonte: Brasil, 2021a

Entretanto, a pandemia da Covid-19 expôs a vulnerabilidade estrutural da economia brasileira frente a choques globais e evidenciou a limitação de políticas públicas capazes de mitigar seus efeitos. A queda do PIB em 2020 ilustra não apenas os impactos da desaceleração econômica mundial, mas também as falhas de coordenação entre os entes federativos e a condução errática da política econômica nacional. Setores como a indústria e os serviços, que dependem diretamente de cadeias produtivas integradas e do consumo interno, foram duramente atingidos. Essa conjuntura comprometeu o desempenho internacional do Brasil e restringiu sua capacidade de articulação regional no Mercosul, já que a prioridade voltou-se à gestão das crises domésticas.

No mesmo período, autoridades estaduais e municipais brasileiras adotaram medidas sanitárias de contenção da Covid-19, como o isolamento social, diante do avanço expressivo da pandemia, que colocou o Brasil entre os países com maior número de contágios no mundo. Tais ações, no entanto, foram duramente criticadas pelo presidente Jair Bolsonaro, que alegava que essas restrições comprometem gravemente a economia nacional. Paradoxalmente, seu governo aprovou medidas emergenciais que permitiam exceções ao teto de gastos públicos, por meio do chamado “orçamento de guerra”, destinadas a setores específicos, visando mitigar os efeitos econômicos da crise (Araújo, 2023).

No campo da política externa, observa-se que o governo Bolsonaro esteve marcado por uma tensão constante entre o pragmatismo diplomático tradicional do Itamaraty e uma orientação ideológica promovida pelo próprio presidente. Essa disputa ficou evidente na

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

condução das relações com a América do Sul, especialmente no que diz respeito à Venezuela. O então chanceler Ernesto Araújo alinhou-se fortemente aos interesses dos Estados Unidos, sobretudo ao governo de Donald Trump, adotando uma postura intervencionista ao reconhecer Juan Guaidó como presidente legítimo da Venezuela. Essa decisão, que chegou a considerar a possibilidade de apoio brasileiro a uma eventual intervenção norte-americana, resultou no agravamento das tensões diplomáticas entre Brasil e Venezuela, enfraquecendo os vínculos regionais tradicionais (Saraiva; Silva, 2019).

Portanto, no que diz respeito à Argentina, o governo Bolsonaro demonstrou publicamente seu apoio ao então presidente Mauricio Macri durante as eleições de 2019, posicionando-se contra a candidatura de Alberto Fernández. Após a vitória de Fernández, o governo brasileiro expressou preocupações ideológicas, chegando a afirmar que a Argentina poderia se tornar "uma nova Venezuela" dentro do Mercosul. Além disso, declarações ofensivas foram feitas por parte de Bolsonaro, inclusive direcionadas ao filho do presidente argentino. Em resposta, o novo governo argentino manifestou apoio à libertação do ex-presidente Lula, intensificando o clima de tensão entre os dois países. Diante desse cenário, o vice-presidente Hamilton Mourão buscou amenizar o conflito e reafirmar o compromisso do Brasil com os acordos firmados e a manutenção da parceria estratégica com a Argentina (Saraiva; Silva, 2019). Vale destacar que, considerando o peso político e econômico de Brasil e Argentina dentro do Mercosul, o desgaste nas relações bilaterais gerou preocupações quanto à estagnação do processo de integração regional (Scherer, 2022).

2.2.3 O Mandato Argentino: Alberto Fernández

O mandato de Alberto Fernandez, iniciado em dezembro de 2019, foi marcado por um reposicionamento da Argentina no cenário regional e internacional, com ênfase em uma diplomacia mais alinhada à integração latino-americana e à recuperação do papel do Estado na economia. Fernández demonstrou interesse em fortalecer o Mercosul, mas também apontou críticas à rigidez da Tarifa Externa Comum (TEC) e defendeu maior flexibilidade nas negociações comerciais, sobretudo diante das limitações econômicas enfrentadas pelo país.

Após o término do mandato de Maurício Macri, Alberto Fernández, filiado ao Partido Justicialista (PJ), foi eleito presidente da Argentina em 2019, assumindo o governo em meio a um cenário econômico adverso. Entre as primeiras ações de sua gestão, destacou-se a promulgação da Lei de Restauração da Sustentabilidade da Dívida Pública Externa, em 2020,

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

cujo principal objetivo era viabilizar a renegociação da dívida externa e reestruturar as obrigações financeiras do país. A medida buscava estabilizar a economia nacional e evitar o risco de inadimplência junto aos credores internacionais (Argentina, 2020).

Ainda, em 2020, com o avanço da pandemia de Covid-19 na Argentina, o governo de Alberto Fernández foi compelido a adotar medidas sanitárias rigorosas que impactaram negativamente a atividade econômica do país. Para mitigar os efeitos sociais da crise, foram implementadas políticas como o Ingreso Familiar de Emergência (IFE), que garantiu o pagamento de 10 mil pesos argentinos a trabalhadores informais e famílias em situação de vulnerabilidade. Além disso, foram congeladas tarifas em setores essenciais, como o de telecomunicações, e criado um fundo especial destinado ao apoio de micro e pequenas empresas (Kaplan; Delfino, 2021). Essas ações contribuíram, ainda que temporariamente, para a contenção dos impactos econômicos e possibilitaram uma recuperação do PIB argentino, que caiu em 2019 e 2020, recuperou com força em 2021, mas voltou a cair em 2022 e 2023.

No contexto do Mercosul, o governo Fernandez buscou fortalecer os laços regionais como estratégia para enfrentar a crise econômica e reposicionar a Argentina no cenário internacional. Sua postura diplomática mais conciliadora, em contraste com o governo anterior, tentou retomar o protagonismo da Argentina no bloco e reforçar o compromisso com a integração regional, mesmo diante de divergências ideológicas com governos vizinhos.

Diante disso, dos esforços do governo argentino em mitigar os efeitos da pandemia e promover uma retomada econômica, a inflação permaneceu como um dos principais desafios estruturais. Durante a gestão de Alberto Fernández, os índices inflacionários superaram os observados nos governos de Cristina Kirchner e Mauricio Macri. Uma das causas apontadas para esse aumento foi o congelamento de preços e tarifas em determinados setores, política que, embora visasse aliviar o impacto da crise sobre os mais vulneráveis, acabou por gerar distorções econômicas e alimentar a alta inflacionária, que alcançou 93% ao final de 2021 (Serrichio, 2021).

No que diz respeito às relações bilaterais com o Brasil, o período foi marcado por tensões e distanciamento político. A vitória de Fernández nas eleições de 2019 foi recebida com ceticismo pelo presidente brasileiro Jair Bolsonaro, que havia declarado apoio explícito ao então candidato Mauricio Macri. O chefe do Executivo brasileiro chegou a afirmar que “o povo argentino escolheu mal”, evidenciando o mal-estar diplomático entre os dois países. Essa postura refletiu-se na ausência de Bolsonaro na cerimônia de posse de Fernández e no adiamento do primeiro encontro oficial entre ambos, ocorrido apenas em 2020. Ainda assim,

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

alguns temas de interesse comum permaneceram na agenda bilateral, como o apoio brasileiro à renegociação da dívida argentina junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI), considerada prioritária pelo governo de Fernández (Poder360, 2021).

2.2.4 O Mandato Uruguaio: Luis Alberto Lacalle Pou

A eleição de Luis Lacalle Pou à presidência do Uruguai em 2019 representou uma mudança significativa no cenário político do país, encerrando um ciclo de quinze anos de governos da esquerda (Frente Ampla) e marcando o retorno do Partido Nacional ao poder. Com uma plataforma orientada ao liberalismo econômico e à modernização do Estado, Lacalle assumiu o cargo em 2020, no contexto desafiador da pandemia da Covid-19. Seu governo adotou a estratégia da "liberdade responsável", incentivando a população a permanecer em casa, mas sem impor medidas obrigatórias de isolamento social. Com o avanço dos casos e a pressão sobre o sistema de saúde, o governo intensificou os esforços de vacinação e instituiu o Grupo Consultivo Científico Honorário (GACH), com o objetivo de integrar o conhecimento técnico-científico às políticas públicas e buscar um equilíbrio entre as demandas sociais e a capacidade de resposta do Estado (Efe, 2020).

Nos primeiros meses de sua gestão, Luis Lacalle Pou priorizou a aprovação da Lei de Urgente Consideração (LUC), composta por aproximadamente 500 artigos e abrangendo uma série de temas, como segurança pública, economia, educação e privatizações. Amparado pela Constituição uruguaia, que permite a tramitação acelerada de projetos considerados urgentes, o governo defendeu a medida como uma resposta eficiente às necessidades do país. No entanto, diversos setores da oposição e especialistas questionaram a legitimidade do uso desse mecanismo, argumentando que o Uruguai não enfrentava uma crise institucional ou econômica que justificasse tal urgência. Além disso, críticas foram direcionadas ao caráter abrangente e heterogêneo da proposta, que dificultava um debate aprofundado sobre cada tema tratado (Fernández, 2021).

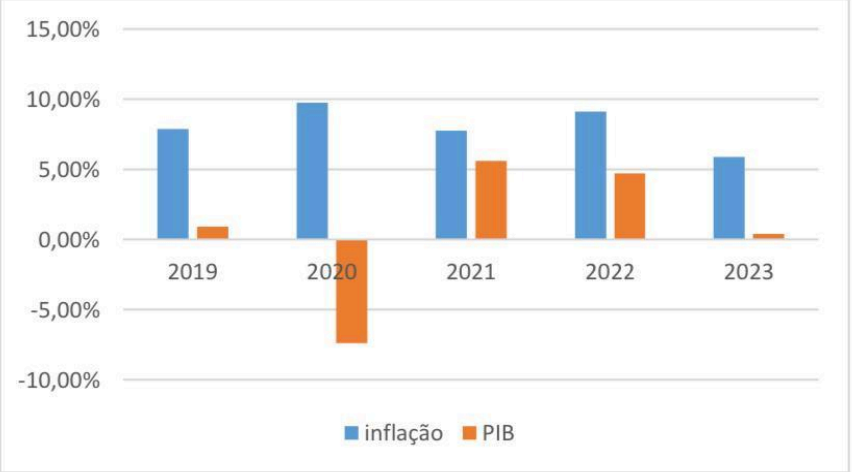
Entre os pontos mais controversos da LUC, destacam-se o endurecimento das penas criminais, o fortalecimento do aparato policial e a limitação ao direito de manifestação, ao considerar ilegais os protestos que impedissem a livre circulação de pessoas, bens e serviços. Também foram levantadas preocupações quanto ao aumento da vigilância estatal e à coleta de dados dos cidadãos, aspectos que, segundo críticos, remetem a práticas autoritárias do passado recente uruguaio (Camaño, 2022).

No plano econômico, a LUC propunha medidas de controle do déficit fiscal por meio

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

da contenção dos gastos públicos. Ainda em 2020, o país enfrentou os impactos econômicos da pandemia da Covid-19, que resultaram em uma queda acentuada do Produto Interno Bruto (PIB) e no aumento da inflação. Conforme apresentado na Figura 6, o ano de 2020 registrou os piores indicadores econômicos do período analisado, com retração de 7,40% no PIB e inflação de 9,75%. A recuperação econômica começou a se consolidar a partir do avanço da vacinação e da retomada das atividades produtivas nos anos seguintes.

Figura 4 - PIB e a Inflação no Uruguai entre 2019-2023



Fonte: elaborado pelos autores com dados do Banco Mundial (2024)

Diante da recessão econômica provocada pela pandemia, o governo de Lacalle Pou buscou fortalecer as relações comerciais internacionais como forma de compensar os impactos da crise. Nesse contexto, o presidente uruguaio passou a adotar uma postura crítica frente às limitações impostas pelo Mercosul, especialmente em relação à Tarifa Externa Comum (TEC), que, segundo ele, dificultava a negociação de acordos bilaterais, como o pretendido tratado de livre comércio com a China (El País, 2024). A postura de Lacalle Pou reflete os interesses da classe dominante agrária uruguaia, para a qual o Mercosul funciona como uma camisa de força. Sob a ótica de Kan (2015), o “regionalismo aberto” defendido pelo Uruguai é a expressão política de um setor econômico que não necessita da proteção regional e busca maximizar lucros via mercado global." O acordo visava ampliar as exportações de produtos agrícolas uruguaios em troca de tecnologia chinesa. No entanto, por envolver questões tarifárias comuns ao bloco, a negociação esbarrou nas regras do Mercosul, que exigem consenso entre os Estados-partes (Mercopress, 2023). A tentativa uruguaia de firmar um acordo comercial exclusivo com a China acentuou as tensões intra-blocos. Para

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

Lacalle Pou, o Mercosul precisava ser mais flexível e permitir que seus membros buscassem acordos de forma autônoma, sem que isso implicasse em sanções ou rupturas institucionais. Em resposta, Argentina e Paraguai expressaram fortes críticas, sobretudo pelo fato de que o reconhecimento de Taiwan por parte do Paraguai inviabiliza um acordo conjunto entre o bloco e a China. O impasse levou a trocas públicas de declarações entre os governos de Uruguai e Argentina, sendo que Lacalle Pou chegou a classificar o Mercosul como um "fardo" para seu país, enquanto o presidente argentino sugeriu que o Uruguai deixasse o bloco (CNN, 2021).

Enfim, essas disputas internas evidenciam os desafios enfrentados pelo Mercosul durante o período analisado, marcado por divergências políticas e econômicas entre os seus membros. A pandemia da Covid-19, ao fragilizar o comércio regional e global, expôs ainda mais as limitações do atual modelo de integração, contribuindo para uma maior tensão na busca por consensos e afetando diretamente a eficácia do bloco em responder de forma coordenada aos desafios do período.

2.3 A influência das presidências pro tempore nas diretrizes do bloco

Com base na contextualização política, econômica e social dos países membros apresentada na seção anterior, torna-se necessário compreender como se deu o funcionamento do Mercosul no mesmo período. Conforme já discutido, a Presidência Pro Tempore (PPT) representa o cargo de maior autoridade política dentro da estrutura do bloco, sendo ocupada rotativamente pelos chefes de Estado dos países membros, em ordem alfabética, com mandatos de seis meses. Inserida no âmbito do Conselho do Mercado Comum (CMC), a PPT confere ao país que a exerce a responsabilidade de coordenar as agendas de trabalho, definir prioridades temáticas e convocar reuniões, colocando-o momentaneamente em posição de liderança regional (Mercosul, 1994).

Dessa forma, esta seção tem por objetivo recuperar as principais pautas debatidas no âmbito do bloco durante as presidências exercidas pelos mandatários analisados anteriormente, com especial atenção às declarações e posturas adotadas por cada um deles no exercício dessa função.

No final de 2019 e durante o primeiro semestre de 2020, o presidente Mário Abdo Benítez assumiu a Presidência Pro Tempore paraguaia (PPTP) do Mercosul, manifestando o objetivo de aprofundar a integração regional. Benítez compreendia o bloco como um instrumento estratégico para alcançar metas nacionais e responder às demandas internas. Em

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

seu discurso de posse, enfatizou a importância da democracia como valor capaz de transcender diferenças ideológicas, e comprometeu-se a fortalecer mecanismos como o FOCEM, além de incentivar o comércio eletrônico e o apoio às micro, pequenas e médias empresas dos Estados partes (IP, 2019).

Contudo, a pandemia de Covid-19 impôs uma nova conjuntura à região, deslocando a agenda integracionista para o plano doméstico dos países. Os esforços do bloco concentraram-se em medidas emergenciais de saúde pública e cooperação sanitária. Nesse contexto, destacaram-se o aumento dos recursos do FOCEM, o intercâmbio de informações sobre políticas sanitárias e comerciais e o estímulo ao comércio digital como resposta às restrições de mobilidade (MERCOSUL, 2020a). Além disso, foram adotadas medidas conjuntas para facilitar a repatriação de cidadãos, coordenar ações em áreas de fronteira e evitar interrupções no comércio intrarregional (MERCOSUL, 2020b).

Durante a Presidência Pro Tempore da Argentina (PPTA) no segundo semestre de 2020, o país anunciou sua retirada das mesas de negociação de novos acordos comerciais do Mercosul, justificando a decisão com base na necessidade de concentrar esforços na contenção da crise sanitária e econômica provocada pela pandemia. No entanto, tal retirada não representou um impedimento prático ao andamento das tratativas em curso com a União Europeia e outros parceiros estratégicos, visto que o governo argentino concordou com os termos previamente alcançados pelo bloco (Uruguai, 2020).

Ainda nesse período, a presidência argentina buscou intensificar o diálogo com outros blocos regionais, como a Aliança do Pacífico, retomando as negociações do chamado “Plano de Ação de Puerto Vallarta”. O objetivo era ampliar o comércio inter-regional e aprofundar a integração entre os dois blocos mais relevantes da América Latina: o Mercosul e a Aliança do Pacífico formada por Chile, Colômbia, México e Peru , que compartilham objetivos similares, embora com uma orientação mais liberal (Aliança do Pacífico, 2023; Uruguai, 2018).

Portanto, observa-se que, embora os principais esforços da presidência argentina tenham se concentrado em medidas voltadas à emergência sanitária, como ficou evidente com sua saída das novas negociações comerciais do bloco, houve alguma continuidade em temas previamente acordados, como a promoção do comércio eletrônico e o fortalecimento do FOCEM. O período, contudo, foi marcado por uma baixa densidade integracionista, especialmente em razão das divergências ideológicas entre os governos do bloco. Vale destacar que, naquele momento, a Argentina era o único país governado por uma coalizão de orientação nacional-popular no interior do Mercosul.

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

Entre 2 de julho e 16 de dezembro de 2020, o presidente uruguaio Luis Lacalle Pou assumiu a Presidência Pro Tempore do Mercosul (PPTU). Em seu discurso de posse, elencou como prioridade a ratificação do Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e a União Europeia. Defendeu uma postura mais pragmática que denominou de "mercorrealista", destacando a necessidade de tornar o bloco mais flexível e adaptável às especificidades de cada Estado membro. Lacalle Pou criticou o protecionismo de economias maiores, como Brasil e Argentina, e sugeriu a revisão da Tarifa Externa Comum (TEC) para beneficiar países menores e ampliar sua autonomia nas relações comerciais (Infobae, 2020).

E durante a sua gestão à frente da PPTU, houve avanços significativos, como a assinatura do Acordo sobre Comércio Eletrônico do Mercosul e a implementação do Sistema de Administração e Controle de Cotas de Importação do Mercosul (SACIM). Este último tem como objetivo evitar desequilíbrios comerciais entre os países membros, estabelecendo critérios de transparência para as importações dentro de cotas específicas e garantindo maior previsibilidade no comércio intrabloco (Mercosul, 2020).

Diante disso, sua gestão à frente da Presidência Pro Tempore do Mercosul, o presidente uruguaio Luis Lacalle Pou buscou ampliar os vínculos comerciais do bloco com a União Europeia e a China. No caso europeu, reforçou o compromisso com a ratificação do Acordo de Associação, enquanto com a China priorizou a negociação de um possível tratado de livre comércio, centrado na exportação de produtos agropecuários uruguaios em troca de investimentos tecnológicos (Sputnik, 2020). No entanto, essa aproximação gerou tensões dentro do Mercosul, sobretudo com Brasil e Argentina, que temiam que um acordo bilateral entre Uruguai e China minasse a coesão do bloco e dificultasse futuras negociações em conjunto.

Nesse contexto, no âmbito do Conselho do Mercado Comum (CMC), foi estabelecido um comitê ad hoc responsável por elaborar mecanismos de controle de cotas de importação, a fim de garantir maior equilíbrio e transparência nas trocas comerciais intrabloco (Mercosul, 2020). Apesar disso, as intenções do Uruguai de avançar em uma reforma profunda da Tarifa Externa Comum (TEC), reduzindo tarifas de forma ampla, não se concretizaram durante sua presidência. A revisão da TEC seguiu em debate, mas sem avanços significativos.

Embora a gestão uruguaia tenha mantido as pautas tradicionais do bloco, como a aprovação do orçamento do FOCEM, poucos avanços concretos foram obtidos em relação às promessas mais ambiciosas do discurso inicial de Lacalle Pou. Isso se explica, em parte, pelas limitações impostas pelo contexto pandêmico, que forçou os países membros a adotar medidas emergenciais, como a redução de tarifas de importação de insumos e produtos

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

médicos, desviando o foco das discussões estruturais do bloco (Mercosul, 2020d).

Já no primeiro semestre de 2021, Alberto Fernández assumiu a Presidência Pro Tempore da Argentina (PPTA) no âmbito do Mercosul. Em seu discurso de abertura, apesar das conhecidas divergências ideológicas entre os países membros, Fernández agradeceu ao presidente uruguaio Luis Lacalle Pou pela condução da agenda do bloco durante o período de crise sanitária. Enfatizou a necessidade de fortalecer os laços de cooperação regional, defendendo uma integração mais profunda e orientada ao desenvolvimento sustentável. A partir disso, propôs um Mercosul "mais e melhor", com atenção especial a temas como preservação ambiental e redução de emissões de carbono (Argentina, 2021).

Durante sua gestão na PPTA, uma das principais pautas debatidas na reunião do Conselho do Mercado Comum (CMC) foi a proposta de revisão da Tarifa Externa Comum (TEC). Tanto a Argentina quanto o Brasil apresentaram sugestões de ajustes ao mecanismo, enquanto o Uruguai defendeu uma flexibilização mais ampla da TEC. A proposta uruguaia incluía não apenas a redução de tarifas, mas também a possibilidade de que os Estados membros pudessem celebrar acordos comerciais de forma independente, fora da estrutura coletiva do bloco (Mercosul, 2021a).

Entretanto, durante a Presidência Pro Tempore da Argentina (PPTA), avançou-se na consolidação de pautas já discutidas anteriormente, como a ratificação do Acordo sobre Comércio Eletrônico. O tratado busca estabelecer diretrizes comuns para o comércio digital entre os países membros, regulamentando aspectos relacionados às transações em plataformas digitais e promovendo maior integração nos mercados regionais. Essa iniciativa também dialoga com o projeto "Mercosul Digital", lançado em 2019, que visa fomentar a infraestrutura digital e a inclusão tecnológica no âmbito do bloco (Mercosul, 2021b). Tais avanços refletem a tentativa de alinhar o Mercosul às novas demandas do comércio global e demonstram a continuidade de esforços mesmo em meio às divergências ideológicas entre os membros.

No campo ambiental, tema sensível nas negociações do acordo entre Mercosul e União Europeia, a PPTA propôs a criação do Observatório Ambiental do Mercosul. A proposta buscava conferir maior transparência e sistematização às políticas ambientais regionais, fortalecendo o já existente Sistema de Informação Ambiental do Mercosul (SIAM). A medida visava responder às críticas internacionais sobre os compromissos ambientais dos países do bloco, principalmente no que diz respeito à preservação das áreas verdes e ao combate ao desmatamento. Além disso, houve avanço nas negociações com a União Europeia, com resoluções em setores estratégicos como bens, serviços e contratos públicos

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

(Mercosul, 2021c).

No que se refere à pauta do desenvolvimento sustentável e da preservação ambiental, tema central nas negociações do acordo entre o Mercosul e a União Europeia, a Presidência Pro Tempore da Argentina (PPTA) propôs a criação do Observatório Ambiental do Mercosul. O objetivo da iniciativa era conferir maior transparência às ações ambientais desenvolvidas na região, especialmente em relação à conservação das áreas verdes, integrando-se ao já existente Sistema de Informação Ambiental do Mercosul (SIAM). Ainda nesse contexto, a PPTA avançou nas tratativas com a União Europeia, solucionando pendências relativas aos setores de bens, serviços e compras governamentais (Mercosul, 2021c).

Um dos momentos mais emblemáticos da gestão argentina à frente do bloco ocorreu na cúpula de comemoração dos 30 anos do Mercosul. Durante o evento, a Argentina acabou isolada ao se opor às propostas de flexibilização da Tarifa Externa Comum (TEC), contrariando as posições do Brasil, do Paraguai e, sobretudo, do Uruguai. Para Fernández, a revisão da TEC não era uma medida eficaz para enfrentar os desafios contemporâneos do bloco (Colombo, 2021c).

Diante disso, a resistência da Argentina em reduzir a TEC não se devia apenas à ideologia de Fernández, mas à necessidade de proteger sua base industrial doméstica, historicamente mais dependente do mercado interno. Isso ilustra o conflito distributivo apontado pela teoria crítica: a integração se torna um campo de batalha onde frações do capital industrial disputam sua sobrevivência contra a abertura exigida pelos setores primário-exportadores (Kan, 2013).

A partir dessa cúpula, torna-se ainda mais evidente que, apesar dos esforços de cooperação, as divergências ideológicas continuam sendo um entrave significativo para a integração regional. A postura dos presidentes molda diretamente as prioridades na agenda do bloco, sendo sintomático que, naquele momento, apenas o presidente argentino representante da única gestão de orientação nacional-popular entre os membros tenha se oposto à flexibilização tarifária. Ademais, Fernández foi também o único a colocar a pauta ambiental no centro das discussões, justamente um dos pontos que ainda dificultam a consolidação do acordo comercial com a União Europeia.

Com o encerramento da presidência argentina no Mercosul, o presidente Jair Bolsonaro assumiu, em 8 de julho, a Presidência Pro Tempore brasileira (PPTB), pautando sua gestão na modernização do bloco e na integração das cadeias produtivas regionais e globais. Essa modernização foi concebida principalmente por meio da redução tarifária visando tornar o bloco mais competitivo e atrativo para investimentos e pela flexibilização

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

que permitiria aos países-membros firmar acordos comerciais de maneira individual, uma antiga demanda do Uruguai. Bolsonaro também reiterou o interesse em avançar nas tratativas pendentes, especialmente no acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia, ainda não ratificado (Pedruzzi, 2021).

Durante sua gestão, o Brasil buscou expandir as negociações comerciais com países asiáticos e da América Central. No entanto, devido à complexidade e ao tempo que tais acordos exigem, nenhum deles foi finalizado durante a PPTB. Outro ponto de continuidade foi o apoio à implementação da rota bioceânica até o Chile, com o objetivo de facilitar o escoamento de produtos do Mercosul para o Pacífico, o que reforça o esforço do Brasil em adaptar o bloco às novas dinâmicas comerciais globais (Brasil, 2021b).

No campo tarifário, a gestão de Bolsonaro alcançou um acordo parcial sobre a redução da Tarifa Externa Comum (TEC), após uma melhora nas relações diplomáticas com a Argentina, principal oposição à flexibilização da tarifa. Ficou acordada uma redução de 10% na TEC, valor abaixo da proposta inicial do ministro da Economia Paulo Guedes, que defendia uma diminuição de até 50%. Diante da resistência da indústria nacional, o governo brasileiro recuou para 20%, proposta que também não foi bem recebida pela Argentina. Vale ressaltar que setores estratégicos para a indústria argentina, como calçados e têxteis, foram excluídos dessa redução (Coletta; Holanda; Resende, 2021).

Entretanto, a relação com a União Europeia permaneceu estagnada durante esse período. O governo Bolsonaro não contava com apoio do bloco europeu, sobretudo devido às críticas em relação às suas políticas ambientais. A ausência de compromissos mais sólidos com a sustentabilidade foi um dos principais obstáculos à ratificação do acordo entre os blocos (Pinto, 2021).

Adicionalmente, as tensões entre o Uruguai e os demais membros do bloco se intensificaram durante a PPTB, em razão da iniciativa uruguaia de avançar unilateralmente em um acordo de livre comércio com a China. A decisão foi especialmente criticada pela Argentina, país tradicionalmente mais protecionista, que viu na atitude uruguaia uma afronta aos princípios fundamentais do Mercosul. A medida gerou debates sobre a possibilidade de sanções e até mesmo a eventual expulsão do Uruguai do bloco (Colombo, 2021b).

A partir desse cenário, torna-se evidente que o Mercosul passou por um período de maior fragmentação sob a presidência de Jair Bolsonaro. Apesar de ter obtido avanços pontuais na redução da Tarifa Externa Comum, alinhados aos interesses econômicos do Brasil, a gestão brasileira demonstrou um baixo engajamento com a agenda integracionista do bloco. Um dos principais projetos estratégicos o acordo de livre comércio com a União

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

Europeia permaneceu paralisado, em grande parte devido às controvérsias internas do governo brasileiro, sobretudo no que diz respeito às questões ambientais. Além disso, a limitada redução tarifária em relação às expectativas iniciais, somada à iniciativa do Uruguai de aprofundar negociações unilaterais com a China, revela uma crescente falta de articulação e de coesão entre os Estados-membros, enfraquecendo a capacidade do bloco de atuar como um ator regional unificado.

Por outro lado, a presidência pro tempore do Paraguai no primeiro semestre de 2022, com o encerramento da PPT brasileira, a presidência do Mercosul foi transferida a Mário Abdo Benítez em 17 de dezembro de 2021, estendendo-se até 21 de julho de 2022. Em seu discurso de posse, o presidente paraguaio reiterou a importância de ampliar as relações comerciais com outros blocos e sinalizou disposição em atender às demandas do Uruguai, desde que respaldadas por consenso, dando ênfase à continuidade do processo de redução da Tarifa Externa Comum (AFP, 2021).

Durante a gestão paraguaia, foram aprovados seis acordos no âmbito do Conselho do Mercado Comum (CMC), além da conclusão das negociações com Singapura, ainda sem ratificação formal. Um dos primeiros avanços foi a criação de um grupo de trabalho permanente com a República Dominicana, voltado à cooperação econômica e à elaboração de planos de ação sustentáveis com apoio aos setores público e privado (Argentina, 2022).

Outro avanço relevante foi a ratificação do acordo sobre o reconhecimento de estudos, títulos e diplomas de ensino superior no bloco. A medida visa facilitar a mobilidade acadêmica entre os países membros, permitindo a continuidade dos estudos sem discriminação aos estudantes que ainda não os concluíram. No entanto, o acordo não se aplica a todas as áreas e não garante, por si só, o direito ao exercício profissional (Uruguai, 2022a).

No campo da integridade institucional, foi aprovado um acordo anticorrupção no comércio e nos investimentos internacionais. Este prevê medidas para coibir práticas ilícitas envolvendo agentes públicos e privados, como promessas de vantagens indevidas, falsificação de documentos e manipulação contábil, incentivando transparência, cooperação e compartilhamento de informações entre os membros do bloco (Uruguai, 2022b).

Já no último mês da presidência paraguaia, foi firmado o Acordo sobre Reconhecimento de Medidas de Proteção para Mulheres em Situação de Violência de Gênero. O tratado estabelece mecanismos para o reconhecimento mútuo, entre os países signatários, de medidas protetivas emitidas em casos de violência, incluindo restrições de contato e circulação. Além dos países do Mercosul, Bolívia, Chile e Equador também aderiram ao acordo (Mercosul, 2022a).

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

Portanto, a presidência uruguaia no segundo semestre de 2022, Luis Lacalle Pou assumiu novamente a presidência pro tempore do Mercosul entre 21 de julho e 6 de dezembro de 2022. Esta gestão iniciou-se durante a primeira cúpula presencial após o auge da pandemia e ficou marcada pelas tensões internas do bloco. A ausência de Bolsonaro na reunião e os atritos entre Lacalle Pou e Fernández, especialmente em relação ao avanço das negociações bilaterais entre Uruguai e China, evidenciaram a fragmentação entre os países membros. A Argentina defendia que a ratificação de um acordo comercial com a China implicaria a saída do Uruguai do bloco, enquanto Pou alegava ser possível manter os compromissos mercosulinos paralelamente a tratativas bilaterais. Mário Abdo Benítez, por sua vez, também expressou resistência ao acordo, em razão do reconhecimento paraguaio a Taiwan e da ausência de relações diplomáticas com a China (Colombo, 2022).

Apesar das tensões, a PPTU obteve avanços importantes. Foi ratificada a redução de 10% na Tarifa Externa Comum (TEC) para determinados produtos, uma demanda antiga do Uruguai (Mercosul, 2022b). Houve também mudanças na estrutura institucional do bloco, com a simplificação de procedimentos decisórios, ampliação das atribuições da PPT e mecanismos de comunicação mais eficientes entre os órgãos do Mercosul (Mercosul, 2022c).

Outro marco relevante foi a aprovação da emenda ao Protocolo de Montevidéu sobre o comércio de serviços. A nova redação estendeu a cobertura do acordo a áreas como seguros, serviços bancários e gestão de ativos, além de reconhecer as medidas prudenciais adotadas por Estados membros e terceiros países. A emenda também exigiu maior transparência regulatória, resguardando dados confidenciais, e garantiu o acesso de prestadores de serviços ao sistema de pagamentos e compensações dos países do bloco (Siscomex, 2022).

Durante esta presidência, foi também firmado o acordo de livre comércio entre o Mercosul e Singapura, o primeiro com um país da ASEAN. Esse tratado representa um avanço significativo na estratégia de diversificação comercial do bloco, dada a relevância de Singapura como parceiro econômico complementar e destino relevante das exportações mercosulinas (Mercosul, 2022d; Parlasul, 2024).

Desse modo, observa-se que a gestão de Lacalle Pou conseguiu concretizar parte de sua agenda, sobretudo no que diz respeito à flexibilização institucional e à abertura econômica. Desde sua primeira presidência em 2020, o mandatário uruguaio defendia maior autonomia dos Estados membros para negociações externas e a modernização das normas do bloco. Apesar de não avançar no acordo com a União Europeia, obteve êxito em reformas estruturais que reforçam sua posição liberal e pragmática dentro do Mercosul.

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

Para finalizar, com base nas seis presidências analisadas no âmbito do Conselho do Mercado Comum (CMC), é possível observar que os fatores de ordem interna se sobrepuseram às dinâmicas internacionais durante o período estudado. Essa predominância do contexto doméstico torna-se ainda mais evidente durante os anos mais intensos da pandemia de Covid-19, quando a agenda de cooperação do bloco foi fortemente direcionada para o compartilhamento de informações sanitárias e estratégias de contenção do vírus. A decisão da Argentina de se retirar temporariamente das negociações do Mercosul simboliza o ápice desse processo de retração regional diante da urgência das demandas nacionais.

A partir da lente teórica do intergovernamentalismo liberal, discutida no capítulo anterior, é possível compreender que as prioridades internas, especialmente no campo da saúde pública, influenciaram diretamente o comportamento dos chefes de Estado que ocuparam a presidência pro tempore do Mercosul, os quais demonstraram maior disposição para ampliar o escopo da agenda regional apenas após o arrefecimento da crise sanitária.

Apesar disso, questões ideológicas também marcaram o posicionamento dos presidentes, com destaque para Luis Lacalle Pou, cujas propostas foram, em grande parte, alinhadas às de Jair Bolsonaro e Mario Abdo Benítez. Essa convergência, impulsionada por uma afinidade política no espectro da direita, refletiu-se na defesa conjunta por pautas como a redução da Tarifa Externa Comum (TEC). Por outro lado, a postura da Argentina sob a liderança de Alberto Fernández contrastou com a dos demais, evidenciando menor engajamento nas negociações tarifárias o que reforça a lógica do intergovernamentalismo liberal ao mostrar que as barganhas internacionais são moldadas pelos interesses e agendas internas dos Estados[2] , sem a necessidade de um consenso automatizado.

Dessa forma, o recorte temporal analisado demonstra que, embora o Mercosul seja um projeto de integração regional, sua dinâmica é fortemente condicionada pelas conjunturas políticas domésticas e pelas preferências nacionais dos governos de turno. Isso confirma que o intergovernamentalismo liberal é a abordagem teórica mais adequada para compreender o funcionamento do bloco durante este período, uma vez que evidencia a centralidade dos governos nacionais na definição das pautas e direções do processo integracionista, mesmo diante da ausência de uma participação popular direta nas instâncias decisórias do Mercosul.

[2] "O Estado é a organização política da sociedade em um território determinado, dotada de soberania e aparato administrativo. Na perspectiva da economia política crítica, o Estado não atua como um ente neutro, mas como a materialização institucional de relações de força entre classes sociais, garantindo as condições políticas e jurídicas para a reprodução do sistema econômico."

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

CAPÍTULO 3: O GIRO ECONÔMICO E A AMPLIAÇÃO DO MERCOSUL 2017-2024

No capítulo anterior, foi analisada a dinâmica política e econômica do Mercosul no período entre 2017 e 2019, com atenção ao perfil dos países membros, ao papel dos chefes de Estado nas estratégias nacionais de integração e a influência das presidências pro tempore na condução do bloco. Esse recorte inicial permitiu compreender como os governos de Michel Temer, Jair Bolsonaro, Mauricio Macri, Alberto Fernandez, Mario Benitez e Luis Alberto Lacalle Pou moldaram as primeiras inflexões do Mercosul nesse período.

Este capítulo, portanto, busca examinar a trajetória do Mercosul entre 2017 e 2024, incorporando três aspectos centrais: os impactos da pandemia da Covid-19 sobre a integração regional, o retorno do Brasil a uma agenda mais ativa de cooperação durante o governo Lula, e a ampliação do bloco com a entrada da Bolívia. Além disso, a mudança política na Argentina, com a eleição de Javier Milei, traz novas incertezas quanto ao rumo da integração, tornando este período um marco decisivo para avaliar tanto os avanços quanto às tensões internas do Mercosul.

3.1 O giro econômico do Mercosul durante o governo Temer e Bolsonaro 2017-2022

No pós- impeachment de Dilma Rousseff, tomou forma nos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro um movimento em direção ao regionalismo aberto, abandonando gradualmente o modelo de união aduaneira mais protetora que caracterizava o Mercosul.

O governo Temer, embora emergisse de uma chapa eleita sob outra plataforma, promoveu uma variação radical nas políticas públicas e no rumo geral do país, sendo a política externa um dos principais exemplos dessa troca de gestão. A nova gestão rapidamente sinalizou o abandono do chamado "regionalismo pós-liberal", que, segundo críticos, havia sido mais retórico do que efetivo, e deu início a um realinhamento estratégico do bloco. (Caetano, Gerardo, 2019).

A base ideológica para essa mudança foi apresentada ainda em 2015, no documento "Uma Ponte para o Futuro", do então partido de Temer (PMDB). Nele defendia-se a necessidade de integrar a economia brasileira ao comércio internacional, afirmando que tal objetivo deveria ser buscado "com ou sem a companhia do Mercosul, embora preferencialmente com eles"(PMDB, 2015). Essa visão foi formalizada nos relatórios de gestão encaminhados ao

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

Legislativo, nos quais a integração regional passou a ser definida como uma "plataforma para inserção competitiva dos países na economia mundial" (BRASIL, 2017). Essa reorientação não foi apenas uma escolha burocrática, mas atendeu à pressão do empresariado brasileiro, notadamente do agronegócio e da indústria exportadora, que, segundo a lógica apontada por Kan (2015), passaram a ver o Mercosul protecionista como um entrave para sua inserção nas cadeias globais de valor. Havia um interesse manifesto em resgatar a "vocação original como área de livre comércio" do MERCOSUL, sob o argumento de que o foco econômico-comercial havia sido "relegado a segundo plano" em governos anteriores. Com esse intuito, a gestão buscou implementar um "Mercosul de resultados", cujas prioridades eram o avanço em direção ao livre mercado e a revitalização da agenda de negociações externas do bloco. (BRASIL, 2017).

O governo de Jair Bolsonaro não apenas deu continuidade à agenda de Temer, mas a radicalizou, aprofundando o giro em direção a um regionalismo aberto e a uma liberalização irrestrita. O plano de governo de Bolsonaro defendia a redução de alíquotas de importação e a constituição de novos acordos bilaterais, conferindo ao MERCOSUL um papel secundário em sua estratégia de comércio exterior. Nos relatórios de gestão, a "modernização da Tarifa Externa Comum (TEC)" tornou-se um objetivo central para "viabilizar a inserção do bloco nas cadeias globais de valor". A maior redução da TEC desde a fundação do bloco foi, inclusive, celebrada como uma das principais conquistas do governo. A promoção do agronegócio no exterior foi elevada a uma das "vertentes cruciais da diplomacia econômica do Brasil", utilizando o MERCOSUL como ferramenta estratégica para abrir novos mercados. Adicionalmente, a gestão Bolsonaro promoveu um "enxugamento da estrutura administrativa do Mercosul" com o objetivo de torná-lo mais "enxuto e eficiente" e focado exclusivamente em sua pauta comercial. Essa reorientação institucional visava afastar o bloco dos ideais de integração social e autonomista, consolidando seu caráter estritamente comercial. (GRANATO, UBERTI, 2024).

3.2 Pandemia da Covid-19 (2020-2022)

Até meados de 2021, a América do Sul se destacava como a região mais severamente impactada pela pandemia de COVID-19. Essa conclusão se baseia no fato de que, após um ano e meio do início da crise, o subcontinente apresentava o maior acumulado de casos e mortes em termos proporcionais em escala global.

No início de julho de 2021, a América do Sul já havia registrado mais de 38 milhões de

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

casos e ultrapassado a marca de 1 milhão de mortes confirmadas pela COVID-19. Com esse número de óbitos, o subcontinente se posicionava como a segunda região do mundo com mais mortes, superada apenas pela Europa (1,11 milhão) e à frente da América do Norte (907 mil) e da Ásia (813 mil). Essa estatística é particularmente grave ao se considerar que a América do Sul representava aproximadamente 25% do total de mortes globais, possuindo apenas 5,5% da população mundial. (KERR, Oliveira, et al, 2021).

Dessa forma, na América do Sul, a probabilidade de uma pessoa morrer em decorrência da Covid-19 é quase cinco vezes maior do que a média mundial. Na América do Norte, esse risco é cerca de 50% superior, enquanto na Ásia a probabilidade é catorze vezes menor. Além disso, ao considerar o número de casos em relação à população total, observa-se que a América do Sul é, atualmente, a região mais afetada pela pandemia, registrando aproximadamente 2,4 mil mortes por milhão de habitantes.

Um dos problemas mais complexos enfrentados durante este período da pandemia na América do Sul foi a baixa taxa de testagem, tanto entre os grupos com maior probabilidade de contato com pessoas infectadas quanto entre a população em geral. Essa limitação não se deve apenas à falta de recursos sanitários, mas também revela as profundas desigualdades estruturais e a ausência de uma coordenação regional efetiva no enfrentamento da crise. Os dados indicam uma grande disparidade entre os países sul-americanos, o que evidencia diferentes capacidades estatais de resposta e gestão da pandemia.

Por outro lado, Chile e Uruguai registraram as maiores taxas de testagem, situando-se muito acima dos demais países da região. Em contrapartida, Peru, Equador e Brasil apresentaram os piores índices, sendo o Brasil o país com o menor número de testes dentro do Mercosul. Nesse contexto, Colômbia, Argentina, Paraguai e Bolívia mantiveram taxas intermediárias de testagem por mil habitantes até o início de julho de 2021. Esses indicadores são fundamentais, pois possibilitam uma análise comparativa mais detalhada entre os países e revelam não apenas diferenças na capacidade de resposta sanitária, mas também disparidades estruturais nos sistemas públicos de saúde. A insuficiência de testagem compromete significativamente a precisão dos dados sobre novos casos diários, gerando incertezas quanto às tendências reais da pandemia, especialmente nos países com menor cobertura de testes.

Segundo Kerr (2021), o Tratado de Assunção, que inaugurou o Mercosul, estabeleceu as bases do bloco: a criação de uma tarifa externa e a adoção de uma política comercial comum; a coordenação das políticas macroeconômicas e setoriais; e a harmonização da legislação. No entanto, essa estrutura institucional não criou um espaço específico para abordar questões que vão além dos laços estritamente comerciais, como saúde, desenvolvimento social, educação,

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

trabalho, meio ambiente, entre outras. Essas questões só foram incluídas na agenda do bloco pelo menos seis anos após sua formação (Borensztejn, 2017).

A abordagem de temas de saúde na estrutura do Mercosul é dividida em uma esfera técnica e outra política. A dimensão técnica é liderada pelo Subgrupo de Trabalho nº 11 (SGT nº 11), um órgão que responde ao Grupo Mercado Comum e se dedica a harmonizar as leis sanitárias nacionais e a coordenar os sistemas de controle. Em paralelo, a dimensão política é conduzida pelas Reuniões de Ministros de Saúde (RMS), que servem como o principal fórum para a deliberação de políticas regionais e o desenvolvimento de ações coordenadas. É no âmbito da RMS que operam comissões cruciais, como as responsáveis pela Gestão de Risco e pela Política de Medicamentos, cujo papel se torna fundamental durante emergências sanitárias como uma pandemia.

A Comissão de Resposta a Emergências e Desastres, por exemplo, atua primariamente em um papel analítico e consultivo. Sua função principal é avaliar a capacidade de resposta dos países e elaborar recomendações. No entanto, o texto sugere uma atuação mais voltada à análise do que à implementação de ações conjuntas. A eficácia da comissão, portanto, depende da capacidade de os governos nacionais adotarem e executarem as recomendações propostas, o que nem sempre ocorre em cenários de crise, onde a resposta tende a ser fragmentada e soberana.

Por outro lado, a Comissão de Política de Medicamentos demonstra um modelo de cooperação mais pragmático e impactante. Sua capacidade de atuar como uma plataforma de negociação conjunta transformou-se em um mecanismo de poder. Ao unir a demanda dos países do bloco, a comissão conseguiu uma redução de preços que seria inatingível em negociações individuais. Esse sucesso ressalta como a integração, quando focada em objetivos concretos e de interesse comum, pode gerar benefícios tangíveis para os cidadãos, superando a inércia política e a assimetria de poder frente a grandes indústrias farmacêuticas.

O grau de cumprimento dos acordos assinados pelos ministros é baixo. Embora ainda não tenha sido realizada uma análise do impacto desses compromissos, como os acordos não são vinculativos, muitas vezes permanecem como expressão de ilusões ou interesses, cuja eficácia nem sempre é a esperada (Borensztejn, 2017). É necessário trabalhar mais estreitamente com outros órgãos institucionais do Mercosul, que abordam questões sociais intimamente ligadas à saúde. A experiência de trabalho com a Saúde e a Educação para o reconhecimento de diplomas profissionais e técnicos em saúde e a aprovação do Plano Estratégico de Ação Social (PEAS) são alguns bons exemplos, mas talvez fiquem aquém da abordagem intersetorial necessária para o desenvolvimento de políticas de saúde eficientes e

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

eficazes. A participação da sociedade civil organizada é relativamente limitada, embora este possa ser um desafio compartilhado por muitos órgãos do Mercosul.

Segundo Borensztejn (2017) observa que, apesar da colaboração do Mercosul Saúde com várias organizações internacionais (especialmente a Organização Pan-Americana da Saúde), nenhum de seus projetos havia sido aprovado pelo Focem até 2017. O Focem é a principal ferramenta financeira do bloco, criada para diminuir as desigualdades.

3.3.1 O retorno de Lula e a retomada da agenda de integração (2023-2024)

Com seu retorno à presidência, Lula sinalizou a retomada de uma agenda de integração regional, buscando fortalecer relações diplomáticas e econômicas com os países da América do Sul.

O governo Lula priorizou desde o início a integração regional, escolhendo Argentina e Uruguai como primeiros destinos de suas viagens internacionais no novo mandato. Essa escolha demonstra um esforço de aproximação com países vizinhos e de fortalecimento de blocos regionais, como o Mercosul, além da retomada de iniciativas como a da UNASUL. A realização de uma cúpula com presidentes da América do Sul em Brasília, ainda no primeiro semestre do governo, reforça essa prioridade, seguindo padrões observados em administrações anteriores (Almeida e Fernandes, 2022).

Diante disso, isso mostra que Lula ao reassumir a presidência, recolocou a integração sul-americana como prioridade de sua política externa, evidenciada pelas viagens a países vizinhos, pela retomada da UNASUL e pelo fortalecimento do Mercosul.

No discurso de abertura da Cúpula Sul-Americana, Lula apresentou propostas que sinalizam a tentativa de resgatar o protagonismo brasileiro na integração regional. Entre elas, destacou a ideia de uma moeda comum, voltada a estimular o comércio intrarregional e a reduzir a dependência do dólar, embora ainda em caráter mais simbólico do que prático. Também apontou a retomada do papel do BNDES como financiador de projetos de infraestrutura, evocando experiências anteriores da IIRSA, mas sem indicar recursos expressivos capazes de garantir avanços concretos na integração física do continente. Além disso, propôs a reativação da UNASUL, que havia perdido relevância diante da fragmentação política da região após a ascensão de governos conservadores.

No segundo semestre de 2023, ao assumir a presidência pro tempore do Mercosul, o Brasil anunciou a intenção de fortalecer a integração regional e ampliar a inserção internacional do bloco. Apesar disso, observa-se que a política externa ainda se apoia em

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

discursos já recorrentes, sem reconhecer de forma efetiva a mudança no eixo das relações comerciais da região, marcada pela centralidade crescente da China como principal parceiro econômico, em detrimento dos Estados Unidos (Munõz, 2024).

De acordo com o autor, existe um descompasso entre o discurso do governo e o cenário econômico atual. O Mercosul continua preso a fórmulas antigas de negociação, sem considerar que a presença chinesa se tornou decisiva para as economias sul-americanas, tanto no comércio de commodities quanto em investimentos estratégicos. Ao insistir em uma retórica já ultrapassada, corre-se o risco de reduzir a relevância do bloco e de enfraquecer sua capacidade de adaptação às novas dinâmicas globais.

Apesar de a China ser vista como um parceiro estratégico do Sul Global, líder do BRICS e contraponto ao modelo liberal, o comércio entre o Brasil e o país asiatico segue predominante o padrão tradicional Norte-Sul, característico da divisão internacional do trabalho entre o centro e a periferia. Nesses avanços, esse perfil difere do comércio do Brasil com os Estados Unidos, que absorvem grande parte das manufaturas brasileiras, assim como outros países sul-americanos, especialmente os do Mercosul. Nos últimos anos, a China tem se destacado como concorrente relevante das exportações industriais brasileiras na região, provocando perdas significativas de mercado, por exemplo, o Brasil perdeu cerca de 11% de sua participação nas exportações de manufaturas para a América do Sul na última década (Soares, 2023).

Diante disso, o Brasil, ao redefinir seu papel na integração regional, precisa reconhecer que o espaço de integração econômica não se limita mais a enfrentar a concorrência dos Estados Unidos no hemisfério ocidental. Um novo ator, que atua simultaneamente como parceiro e concorrente, se faz na região, e seus impactos econômicos devem ser considerados na formulação de uma estratégia de integração regional mais atual e eficaz.

3.3.2 A entrada da Bolívia no Mercosul

O Mercosul é o bloco de integração mais importante para o povo boliviano em termos de produto interno bruto e população, então é natural que a Bolívia faça parte desse bloco de integração.

O protocolo de adesão da Bolívia ao Mercosul, firmado em 17 de julho de 2015, determinou a incorporação do país ao arcabouço jurídico do bloco, incluindo o Tratado de Assunção, e sua imediata participação nas negociações comerciais externas. A plena vigência do acordo, contudo, estava condicionada à ratificação por todos os Estados-partes, um

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

processo que se estendeu até o final de 2023. A conclusão ocorreu com a aprovação pelo parlamento brasileiro e a subsequente promulgação presidencial. A formalização final se deu com o anúncio do depósito do último instrumento de ratificação durante a cúpula de 7 de dezembro de 2023, momento a partir do qual a adesão se tornou plenamente efetiva. (GOMEZ, et al, 2024, tradução nossa).

Entretanto, a adesão plena ao Mercosul representa um salto qualitativo que supera as limitações de acordos comerciais mais simples, como o AC-36. A deficiência fundamental do acordo anterior reside em seu foco exclusivo na eliminação de tarifas, ignorando as barreiras não tarifárias que efetivamente impedem o comércio. O Mercosul, por outro lado, desenvolveu um arcabouço de normativas harmonizadas que atacam precisamente essas barreiras. Portanto, a oportunidade para a Bolívia não se resume apenas ao acesso a um mercado de 283 milhões de consumidores e à quinta maior economia do mundo, mas, crucialmente, à possibilidade de comerciar de forma integrada sob regras comuns que o AC-36 jamais ofereceu. (GOMEZ, et al, 2024, tradução nossa).

A integração da Bolívia como novo Estado-parte do Mercosul, formalizada durante a 64ª Cúpula de Chefes de Estado no Paraguai em julho de 2024, representou um marco para a expansão do bloco. Contudo, este avanço foi acompanhado por um sinal de desinteresse de um de seus principais membros, evidenciado pela ausência do presidente argentino, Javier Milei. Sua decisão de não comparecer ao evento reforçou a percepção de que o fortalecimento do Mercosul não constitui uma prioridade para a sua administração.

Com a entrada da Bolívia ao Mercosul acarreta benefícios em duas dimensões estratégicas principais: a comercial e a de recursos naturais. Do ponto de vista comercial, a inclusão de um mercado de cerca de 12 milhões de consumidores abre novas frentes de exportação para os demais Estados-partes. No que tange aos recursos, a adesão do país, que possui vastas reservas de gás natural e minerais, pode garantir um acesso mais estável e seguro a esses insumos. A relevância dessa parceria energética é preexistente à adesão, visto que, já em 2019, a Bolívia se destacava como a principal fonte de gás natural para o Brasil:

> A oferta total de gás natural, somando produção nacional e importada, em abril de 2019, foi de 73,2 MMm^3/dia, caindo um total de 4,4% em relação ao mês anterior. Vale destacar que no ano de 2019, 68% do volume total de gás natural ofertado ao mercado foi de origem nacional, e similarmente 68% do gás importado para o país foi de origem boliviana. (LAMASSA, 2019, p.3).

Diante disso, a adesão da Bolívia no Mercosul, gera uma dinâmica de benefícios mútuos

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

e de fortalecimento regional. Para os países membros, a adesão representa a oportunidade de complementar suas economias com os recursos estratégicos bolivianos. Simultaneamente, para a Bolívia, a integração abre caminhos para a atração de investimentos e a negociação de acordos comerciais em conjunto. Em uma perspectiva mais ampla, a expansão do bloco tende a reforçar a coesão política e econômica sul-americana, aumentando sua relevância e contribuindo para um ambiente de maior estabilidade e cooperação na região.

Portanto, o processo de adesão da Bolívia, também enfrenta obstáculos. O país vive um cenário de instabilidade política e econômica, marcado por tentativas de golpe e por uma administração ainda frágil. Um exemplo recente ocorreu no final de junho de 2024, quando militares avançaram sobre o palácio presidencial em uma tentativa de tomada de poder (G1, 2024).

Em síntese, a adesão da Bolívia ao Mercosul poderá demandar ajustes significativos nas políticas internas e nos instrumentos normativos do bloco. A ampliação do número de Estados- membros tende a tornar os processos decisórios mais complexos e demorados, especialmente diante da necessidade de conciliar diferentes interesses nacionais. Por exemplo, questões relativas à política comercial comum ou a livre circulação de bens e pessoas podem exigir novas negociações e revisões de regras.

3.3.3 A mudança política na Argentina: de Fernandez a Milei

Todavia, em 10 de dezembro de 2019, Alberto Fernández assumiu a presidência da Argentina. Fernández é amigo pessoal de Lula, maior opositor de Bolsonaro. O então presidente do Brasil não compareceu à posse do novo presidente argentino, e o primeiro encontro oficial entre os dois ocorreu apenas em junho de 2022, na Cúpula das Américas. Na ocasião, “o governo argentino promoveu um encontro de chanceleres do Mercosul”, visando superar as crises. (G1, 2022, p.1).

Com o retorno de Lula ao poder em 2023, a política externa brasileira retomou seu foco na integração sul-americana. Essa mudança de paradigma se materializou em reuniões frequentes com o presidente argentino, Alberto Fernández, logo no início do mandato. A centralidade do Mercosul na nova agenda bilateral foi reafirmada desde o primeiro diálogo entre os dois chefes de Estado:

> Fernández falou sobre a transição do comando temporário do Mercosul, que está com seu país até o fim do ano. “Vamos deixar

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

> tudo organizado para passar a Presidência do ao Brasil", disse. Os dois presidentes também falaram sobre o processo eleitoral na Argentina e sobre a importância de ampliar a integração sul americana. (BRASIL, 2023, p.1).

A centralidade do Mercosul nessa reaproximação não foi apenas simbólica. A conversa inicial entre Lula e Fernández lançou as bases para propostas ambiciosas que visavam aprofundar a integração para além da dimensão comercial. Uma das ideias de maior repercussão foi a sugestão de criar uma moeda comum para o comércio e os investimentos entre os dois países, buscando reduzir a dependência do dólar e fortalecer as trocas bilaterais (FERNANDES & FERNANDES, 2024).

Além disso, foi discutida a reativação de mecanismos de financiamento para o desenvolvimento, com o BNDES retomando seu papel como um potencial investidor em projetos de infraestrutura na Argentina e na região, resgatando a visão de uma integração física e produtiva que havia perdido força nos anos anteriores. Essas propostas representavam um claro contraponto à agenda de flexibilização e abertura unilateral que marcou o período de 2017 a 2022, sinalizando uma tentativa de retomar um projeto de integração mais denso e coordenado.

Como visto, o processo eleitoral na Argentina também foi mencionado, uma vez que as eleições no país ocorreram ainda em 2023, terminando com a vitória de Javier Milei. Próximo a Bolsonaro e desafeto de Lula, Milei já se referiu ao atual presidente brasileiro como "corrupto", "comunista", dentre outros xingamentos. (CNN, 2024, p.1).

A análise do período recente demonstra que o eixo estratégico Brasil-Argentina tem operado de forma intermitente, refletindo diretamente a compatibilidade ou o conflito entre os projetos políticos e as bases econômicas de sustentação de seus presidentes. Observa-se uma tendência na qual os mandatários de ambos os países não priorizam a manutenção de um diálogo pragmático e contínuo na ausência de convergência entre suas agendas governamentais, o que resulta em prejuízos para a relação bilateral e, por consequência, impõe um obstáculo significativo ao desenvolvimento do Mercosul.

Diante disso, a nova política econômica implementada pelo governo de Javier Milei, e apresentada por seu Ministro da Economia, Luis Caputo, articula-se em torno de um pacote de ajuste cujos eixos centrais consistem nas seguintes medidas: (1) Desvalorização do câmbio oficial para o patamar de 800 pesos por dólar (dos 365 pesos por dólar quando do anúncio da medida), que será combinada com um aumento dos impostos de exportação para o setor agropecuário (as chamadas retenciones); (2) A não-renovação dos contratos de trabalho do

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

setor público que tenham menos de um ano de vigência; (3) A suspensão por um ano do orçamento do governo para comunicação oficial; (4) A redução do total de ministérios, de 18 para 9, e de secretarias, de 106 para 54, com expectativa de que isso reduza em 34% os cargos políticos totais do Estado; (5) A redução do piso das transferências realizadas pelo governo nacional às províncias; (6) A suspensão de novos contratos para obras públicas, bem como o cancelamento de obras já contratadas, mas ainda não iniciadas; (7) A redução dos subsídios para os setores de energia e transporte; (8) O aumento dos benefícios so ciais focalizados, notadamente o Auxílio por Criança (AUH, cujo benefício será dobrado) e o Vale-Alimentação (Tarjeta Alimentar, cujo benefício aumentará em 50%); (9) O fim do sistema de controle de importações a partir da concessão de licenças discricionárias (LA NACÍON, 2023).

O pacote econômico anunciado reflete um rigoroso plano de austeridade fiscal, centrado na redução agressiva das despesas do governo nacional. A premissa que orienta o plano é a tese ortodoxa de que a origem dos desequilíbrios macroeconômicos argentinos, como a hiperinflação, reside nos sucessivos déficits públicos financiados por emissão de moeda. De acordo com o ministro Caputo, a magnitude do ajuste fiscal proposto é de 5,5% do PIB, visando eliminar o déficit em um único ano. Essa meta ambiciosa contrasta com a realidade fiscal de 2023, quando o déficit projetado era de 3,5% do PIB, muito acima do teto de 1,9% estabelecido no acordo com o FMI. A necessidade de tal choque fiscal é justificada pelo cenário inflacionário, que, conforme dados do INDEC, atingiu a marca de 160% em 12 meses até novembro.

Neste sentido, o autor nos mostra que a inflação aumentou fortemente ao longo de 2023, especialmente a partir do segundo semestre, o que indica instabilidade econômica e perda do poder de compra da população. Observa-se que, no início do ano, a taxa se mantinha próxima de 100%, com variações moderadas até meados de 2023. A partir de agosto, contudo, há uma aceleração significativa, atingindo cerca de 160% em novembro.

Diante disso, entre 2017 e 2023, as taxas apresentaram leve queda, mas a partir de 2019 observa-se uma tendência de crescimento contínuo, acentuada em 2020, ano marcado pelos efeitos econômicos da pandemia de Covid-19, ou seja a taxa de pobreza atinge seu pico em 2021, ultrapassando 40% da população, enquanto a extrema pobreza se aproxima de 10%. Após esse período, há uma ligeira melhora em 2022, possivelmente associada às políticas emergenciais e de transferência de renda, mas os índices voltam a subir em 2023, indicando persistências da vulnerabilidade social.

Entretanto, esses dados mostram que o crescimento econômico isolado não é

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

suficiente para reduzir a pobreza, ou seja, reforçando a necessidade de políticas públicas consistentes e duradouras, voltadas à redistribuição de renda e a proteção social. Assim, o período analisado evidencia que a superação da pobreza no Mercosul ainda é um desafio estrutural que exige estabilidade econômica, compromisso político e ações contínuas do estado.

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, investigou-se, sob uma perspectiva crítica da Economia Política, o funcionamento do Mercosul durante o turbulento período de 2017 a 2024, marcado por fortes impactos internos nos países-membros e por um nítido movimento pendular na correlação ideológica entre os chefes de Estado. A partir da análise das presidências de Michel Temer, Jair Bolsonaro, Mario Abdo Benítez, Luis Lacalle Pou, Alberto Fernández e, mais recentemente, a transição para os governos de Lula e Javier Milei, buscou-se compreender como os interesses das frações de classe dominantes e o alinhamento (ou desalinhamento) político entre os líderes influenciaram diretamente as dinâmicas de integração regional.

A análise do período confirma a pertinência da leitura de Julián Kan sobre o "Mercosul desde cima"'. Conclui-se que as crises e paralisias do bloco entre 2017 e 2024 não foram apenas ruídos diplomáticos, mas a manifestação de uma disputa estrutural entre diferentes projetos econômicos das elites regionais. Enquanto governos como os de Bolsonaro e Lacalle Pou representaram a ascensão de uma fração de classe voltada para a abertura externa imediata, as resistências encontradas (como na Argentina) refletiram a tentativa de preservação de tecidos industriais locais. O Mercosul, portanto, mostrou-se menos um projeto de união política dos povos e mais uma ferramenta instrumental, moldada e remodelada conforme os interesses dos grupos econômicos preponderantes em cada gestão nacional.

A análise histórica demonstrou que, antes mesmo da criação do Mercosul, os países do Cone Sul já vinham estabelecendo iniciativas de cooperação regional em diversas áreas. Isso permitiu compreender que o Mercosul não surgiu de forma abrupta, mas como resultado de um processo gradual de aproximação, ainda que permeado por tensões e disputas de interesses. Embora o bloco se identifique formalmente como um mercado comum, é evidente que ainda há um longo caminho a ser percorrido no aprofundamento da integração, sobretudo em relação à superação das assimetrias estruturais entre os Estados membros e à construção de instituições regionais mais robustas e autônomas.

No capítulo 1 demonstrou que o Mercosul, embora formalmente um mercado comum, nasceu de um processo gradual de aproximação intergovernamental, sem a ambição de criar uma autoridade supranacional robusta. Essa característica congênita, como aponta o referencial teórico adotado, torna o bloco estruturalmente dependente da barganha e do consenso entre os presidentes, cujas preferências são moldadas por pressões políticas e

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

econômicas de seus respectivos países.

O segundo capítulo busca contextualizar os governos nacionais que antecederam e compuseram o recorte principal da pesquisa. Ficou evidente que o período foi marcado por uma crescente polarização. A análise das presidências pro tempore entre 2020 e 2022 revelou uma clara convergência ideológica entre os governos de direita de Bolsonaro (Brasil), Benítez (Paraguai) e Lacalle Pou (Uruguai) em torno de uma pauta de modernização e flexibilização econômica, com destaque para a revisão da Tarifa Externa Comum (TEC). No entanto, essa convergência esbarrou na resistência da Argentina de Alberto Fernández, único presidente de orientação nacional-popular no período, que adotou uma postura mais cautelosa e protecionista. O resultado foi um impasse que retardou avanços importantes, exemplificando a lógica do "jogo de dois níveis": a necessidade de Fernández de responder às demandas de sua base industrial interna prevaleceu sobre a pressão dos parceiros, paralisando a agenda comum.

Por sua vez, no terceiro capítulo demonstrou como eventos externos e novas mudanças políticas exacerbaram essa dinâmica. A pandemia de Covid-19, longe de ser um catalisador para a cooperação, aprofundou a fragmentação. A atuação conjunta do bloco foi limitada e a decisão da Argentina de se retirar temporariamente das negociações comerciais simbolizou a primazia das agendas nacionais em momentos de crise. O "giro econômico" iniciado por Temer e radicalizado por Bolsonaro, entre 2017 e 2022, representou a fase de maior pressão liberalizante, mas seus resultados foram parciais, justamente pela falta de consenso com a Argentina.

A eleição de Lula em 2023 representou uma nova virada no pêndulo, com a retomada da agenda de integração como prioridade. A reaproximação imediata com Fernández e a articulação de propostas como a moeda comum e o financiamento de infraestrutura pelo BNDES sinalizaram a tentativa de resgatar um projeto de integração mais denso e multidimensional. O fruto mais concreto dessa nova fase foi a conclusão do processo de adesão da Bolívia, um marco que expande a dimensão geográfica, econômica e estratégica do bloco. Contudo, a análise demonstrou que mesmo esse avanço foi acompanhado por sinais de instabilidade, como a ausência de Javier Milei, sucessor de Fernández, na cúpula que selou a entrada boliviana.

A ascensão de Milei na Argentina, com um discurso abertamente cético ao Mercosul e hostil ao governo Lula, encerra o período analisado com um retorno ao cenário de desalinhamento ideológico profundo, reintroduzindo um elemento de forte incerteza e potencial conflito no eixo Brasil-Argentina.

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

Conclui-se, portanto, que a trajetória do Mercosul entre 2017 e 2024 válida a hipótese crítica fundamentada na leitura de "Mercosul desde arriba". As oscilações, paralisias e recuos do bloco não devem ser lidos meramente como falhas institucionais ou falta de vontade política dos presidentes, mas sim como a expressão externa das disputas internas entre frações de classe dominantes. O bloco atuou como uma caixa de ressonância onde colidiram dois projetos antagônicos de inserção no capitalismo global: de um lado, setores do capital industrial que ainda demandam a proteção do mercado regional; de outro, as frações do agronegócio e do capital financeiro, hegemônicas nos governos de orientação neoliberal, que pressionam pelo desmonte da proteção tarifária (TEC) para ampliar sua integração direta com os mercados globais. Assim, o futuro do Mercosul não depende apenas de reformas burocráticas, mas da correlação de forças entre esses setores econômicos dentro de cada Estado nacional, confirmando que a integração regional permanece refém dos interesses das classes que detêm o controle do aparelho estatal em cada conjuntura.

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

REFERENCIAS

AFP. Paraguai priorizará consenso no Mercosul ao assumir a presidência pró-tempore.**Estado de Minas**, 17 de dezembro de 2021. Disponível em:https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2021/12/17/interna_internacional,1332271/paraguai-priorizara-consenso-no-mercosul-ao-assumir-a-presidencia-pro-tempo.shtml. Acesso em: 5 nov. 2024.

ALMEIDA, Wilson. SANTANA, Hadassah. **Integração e democracia**: os interesses políticos locais que distorcem o direito internacional e a crise política resultante da suspensão do Paraguai do Mercosul. Senado Federal, 2014. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/51/203/ril_v51_n203_p91.pdf/@@download/file/ril_v51_n203_p91.pdf. Acesso em 15 out. 2024.

ARAÚJO, Victor. **A economia brasileira sob o governo Bolsonaro (2019-2022)**: neoliberalismo radical e pragmatismo econômico. UFF, 2023. Disponivel em: https://centrocelsofurtado.org.br/arquivos/file/TDD_01_2023.pdf. Acesso em: 21 out. 2024.

ARGENTINA. **Tabaré Vazquez: "el Mercosur requiere de un sinceramiento": Prensa Gobierno de Mendoza.** Governo de Mendoza, 2024. Disponível em:https://www.mendoza.gov.ar/prensa/tabare-vazquez-el-mercosur-requiere-de-un-sinceramiento/.Acesso em: 15 out. 2024.

ARGENTINA. **Proyecto de Ley Restauración de la sostenibilidad de la deuda pública en moneda extranjera emitida bajo ley argentina.** Ministério da Economia, 2020. Disponível em: https://www.argentina.gob.ar/noticias/proyecto-de-ley-restauracion-de-la-sostenibilidad-de-la-deuda-publica-en-moneda-extranjera. Acesso em: 22 out. 2024.

ARGENTINA. **Memorando de entendimiento entre el mercado común del sur (mercosur) y la república dominicana para el establecimiento de un grupo de trabajo conjunto para la promoción del comercio, las inversiones y encadenamiento productivo.** Ministerio de relaciones exteriores, comercio y culto, 2022. Disponível em:https://www.boletinoficial.gob.ar/detalleAviso/primera/263080/20220523 . Acesso em: 5

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

nov.2024.60

BATALLA, I. C. política exterior de Uruguay en el Mercosur durante el gobierno de José Mujica. **SÉCULO XXI: Revista de Relações Internacionais - ESPM**, v. 4, n. 2, p. 35-52, 2015.

BARROS, Igor Matheus Silva; GÊNOVA, Leonardo de. **MERCOSUL: novos paradigmas e novos desafios**. [S. l.: s. n.], 2024. 14 p.

BRASIL. **Presidente Lula recebe Alberto Fernández e celebra integração com a Argentina**. Disponível em: Acesso em: 26 jul. 2024.

BRASIL. **Nota informativa: atividade econômica, resultado do PIB 2020 e as perspectivas**. Ministério da Economia, 2021a. Disponível em:https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-informativas/2021/ni-atividade-economica-pib-2020-e-perspectivas.pdf. Acesso em: 22 out.2024.

BRASIL. **Presidente Jair Bolsonaro diz que vocação do Mercosul é gerar riquezas e levar bem-estar à população**. Governo Federal, 2021b. Disponível em:https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2021/12/presidente-jair-bolsonaro-diz-que-vocacao-do-mercosul-e-gerar-riquezas-e-levar-bem-estar-a-populacao. Acesso em 31 out. 2024.

BRASIL, Gabriel. As Reformas Econômicas de Javier Milei na Argentina e os Impactos para o Brasil. **Informações FIPE**, p. 41-44, dez. 2023.

BRUN, D. A. Paraguay 2019: The Unusual Beginning of a Government Without a Honeymoon. **Revista de ciencia política** (Santiago), v. 40, n. 2, p. 457-481, jun. 2020.

BURGESS, Michael. **Comparative federalism:** theory and practice. University of Piraeus, 2004. Disponível em: https://eclass.unipi.gr/modules/document/file.php/DES316/Burgess%20Comparative%20Federalism.pdf. Acesso em: 04 set. 2024.

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

BURGESS, M. (Ed.). Federalism and the European Union. **Special Issue of Publius: The Journal of Federalism**, v. 26, n. 4, p. 1-15, 1996. Disponivel em: https://www.jstor.org/stable/3330768. Acesso em: 10 set. 2024.

BUSSO, A.; ZELICOVICH, J. El gobierno de Mauricio Macri y la integración regional: ¿desde el MERCOSUR a la Alianza del Pacífico? **Conjuntura Austral**, v. 7, n. 37, p. 17-24,17 set. 2016.

CACHIOLO, Carlos. The Mercosur experience and theories of regional integration. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 60, n. 1, 2017. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0102-8529.2017390100006. Acesso em: 11 abr. 2024.

CAMAÑO, Ezequiel. Uruguay's controversial turn towards law and order. **Americas Quarterly**, 2022. Disponível em: https://www.americasquarterly.org/article/uruguays-controversial-turn-towards-law-and-order/. Acesso em: 28 out. 2024

CAMPOS, Ana; VERDÉLIO, Andreia. **Revisão do Tratado de Itaipu será desafio, diz presidente do Paraguai**. Agência Brasil, 2019. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-03/revisao-do-tratado-de-itaipu-sera-desafio-diz-presidente-do-paraguai. Acesso em: 20 out. 2024.

CEIA, Eleonora; RIBEIRO, William. **O marco jurídico-institucional da integração energética na américa do sul**. Rio de Janeiro: GESEL-UFRJ, 2015. Disponível em: https://www.gesel.ie.ufrj.br/app/webroot/files/publications/50 tdse65.pdf. Acesso em: 10 set. 2024.

CEPAL. **Brasil: impacto de la devaluación del real.** Santiago: CEPAL, 1999. Disponívelem:https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/633d77bf-e8b0-4801-81c0-e4d8c35a2fle/content. Acesso em: 7 out. 2024.

CNN. **Com bate boca entre Fernández e Lacalle, reunião escancara fissuras no Mercosul**. CNN Brasil, 2021. Disponível

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

em:https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/com-bate-boca-entre-fernandez-e-lacalle-reuniao-escancara-fissuras-no-mercosul/. Acesso em: 29 out. 2024.

CNN. **Milei sobre Lula: "Qual o problema em chamá-lo de corrupto? Ele não foi preso?**" Disponível em: < https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/milei-sobre-lula qual-o-problema-em-chama-lo-de-corrupto-ele-nao-foi-preso/> Acesso em: 01 ago. 2024.

COELHO, Pablo. **O processo de transição democrática no Uruguai.** Ufrj, 2011. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/mp/article/view/33874/18988. Acesso em: 23 de set. de 2024.

COLOMBO, Sylvia. Argentina se isola contra revisão da tarifa externa do Mercosul. **Folha de São Paulo**, 27 de março de 2021a. Disponível em:https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=49478&keyword=Mercosul&anchor=6431110&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd-4a83cb9d0a9e087b3d4472c2be4d66c2. Acesso em: 4 nov. 2024.

COLOMBO, Sylvia. Uruguai anuncia avanço de acordo com China fora do Mercosul. **Folha de São Paulo**, 9 de setembro de 2021b. Disponível em:https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=49663&keyword=Mercosul&anchor=6441208&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=783bfb8490874926f13bfe8f9e8680fa . Acesso em: 5 nov. 2024.

COLOMBO, Sylvia. Líderes do Mercosul se reúnem em cúpula fragmentada no Paraguai.**Folha de São Paulo**, 20 de julho de 2022. Disponível em:https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/07/lideres-do-mercosul-se-reunem-em-cupula-fragmentada-no-paraguai.shtml . Acesso em 6 nov. 2024.

COLETTA, Ricardo; HOLANDA. Marianna; RESENDE, Thiago. Brasil e Argentina fecham acordo para reduzir tarifa comum do Mercosul em 10%, em uma derrota para Guedes. **Folha de São Paulo**, 8 de outrobro de 2021. Disponivel em:https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/10/brasil-e-argentina-fecham-acordo-para-reduzir-tarifa-comum-do-mercosul-em-10-em-uma-derrota-para-guedes.shtml . Acesso em: 4 nov. 2024.

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

CONDURU, G. F. O Subsistema americano, Rio Branco e o ABC. **Revista Brasileira de Politica Internacional,** v.41, n. 2, p. 59-82, dez. 1998.

CORRAL, Amalia. **A integração energética na América do Sul: instrumentos jurídicos e institucionais para projetos gasíferos regionais.** Dissertação (doutorado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: https://www.gesel.ie.ufrj.br/app/webroot/files/publications/50_tdse65.pdf. Acesso em 11 set. 2024.

EFE. Uruguay: el país que aposto em la pandemia a la libertad responsable y a la ciência. **Los Angeles Times**, 26 de fevereiro de 2022. Disponível em:https://www.latimes.com/espanol/vida-y-estilo/articulo/2022-02-26/uruguay-el-pais-que-aposto-a-la-libertad-responsable-y-a-la-ciencia. Acesso em: 28 out. 2024.

EICHNER, E.F et al. O Pacto ABC de 1915 e as suas Implicações para a Política Externa Brasileira para o Cone Sul. **Revista Perspectiva: reflexões sobre a temática internacional,** v. 9, n. 16, 2016.

El Acuerdo de Asociación Estratégica MERCOSUR-Unión Europea: Estudios desde América Latina. CEISO - Colectivo de Estudios e Investigaciones Sociales CEISO, , 5 Aug. 2020. Disponível em: <https://ceiso.com.ar/el-acuerdo-de-asociacion-estrategica-mercosurunion-europea-estudios-desde-america-latina/>. Acesso em: 11 oct. 2025.

EL PAIS. El presidente Lacalle Pou realizó un balance anual de Gestión en su último discurso ante la Asamblea General. **El País**, 2 de março de 2024. Disponível em:https://www.elpais.com.uy/informacion/politica/el-presidente-lacalle-pou-realizo-un-balance-anual-de-gestion-en-su-ultimo-discurso-ante-la-asamblea-general. Acesso em: 29 out. 2024.

FERNANDES, Ivan Filipe; FERNANDES, Guilherme Antonio de Almeida Lopes. Retomada, protagonismo e equilíbrio: a política externa no novo governo Lula. **CEBRI-Revista**, v. 3, n. 9, p. 123-143, jan./mar. 2024. DOI:

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

https://doi.org/10.54827/issn2764-7897.cebri2024.09.02.06.123-143.pt.

FERNÁNDEZ, Laura. **La Ley de Urgente Consideración (LUC) y la urgência de la ciudadanía.** Frontera, 2021. Disponivel em: https://www.colibri.udelar.edu.uy/jspui/handle/20.500.12008/30798. Acesso em: 28 out.

G1. **Após primeira conversa com Bolsonaro, Fernández diz ao GLOBO que 'Brasil e Argentina não podem estar brigados**'. Disponível em: Acesso em: 5 jun. 2024.

GRANATO, Leonardo; **UBERTI**, Guilherme Bratz. Mercosul e Regionalismo Aberto nos governos Temer e Bolsonaro: Uma análise dos Relatórios de Gestão. **Revista Intellector**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 41, p. 3-21, jan./jun. 2024. DOI: https://doi.org/10.5281/zenodo.13207330.

GÓMEZ, Daniel Caggiani *et al*. **Bolivia en el MERCOSUR**: más allá de un mercado común. 1. ed. La Paz: Friedrich-Ebert-Stiftung: Vicepresidencia del Estado Plurinacional de Bolivia, 2024. (Serie Conversatorios en Democracia, n. 8).

HAAS, Ernst B. **The Uniting of Europe: Political, Social, and Economic Forces, 1950-1957**. Stanford: Stanford University Press, 1958. Disponível em: https://www.europarl.europa.eu/100books/file/EN-H-BW-0038-The-uniting-of-Europe.pdf. Acesso em: 5 set. 2024.

HEINSFELD, A. AS RELAÇÕES BRASIL-CHILE: o pacto ABC de 1915, [s. d.].

KAN, Julián (Org.). **Integrados?** Debates sobre as relações internacionais e a integração regional latino-americana. Buenos Aires: Imago Mundi, 2013.

KAN, Julián. **El Mercosur desde arriba**: la integración regional y las fracciones dominantes del capital. Buenos Aires: Imago Mundi, 2015.

KAPLAN, Lucía; DELFINO, Andrea. Pandemia, políticas públicas y sectores vulnerable: Um análisis del ingresso familiar de emergencia em Argentina. **Revista de Ciencia Política**, v.59, n. 1, p. 81-104, 28 jul. 2021.

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

KERR-OLIVEIRA, Lucas et al. La Integración regional sudamericana frente a la pandemia del Covid-19: un análisis geopolítico de los impactos en el Mercosur y en la región. **Revista Tempo do Mundo**, 2021.

LA NACIÓN,. **Una por una, las 10 medidas que anunció Luis Caputo**. Disponível em:<https://www.lanacion.com.ar/economia/luis-caputo-anuncio-las-primeras-medidas-economicas-del-gobierno-de-javier-milei-fuerte-devaluacion-nid12122023/>. Acesso em: 13 oct. 2025.

MALAMUD, Andrés. **Presidentialism and Mercosur: A Hidden Cause for a Successful Experience.** The Review of International Affairs, v. 3, n. 2, 2005. Disponível em:https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/8093057/mod resource/content/1/Presidentialism%2Oand%20Mercosur Malamud.pdf. Acesso em: 8 out. 2024.

MALLEA, Rodrigo, SPECKTOR, Matias. **Origens da cooperação nuclear: uma história oral crítica entre Argentina e Brasil.** FGV, 2012. Disponível em: https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/03cbee4a-f9e7-472c-8c3b-dd87cffceb31/content . Acesso em: 22 de set. de 2024.

MERCADANTE, M. **Operação Condor: A cooperação para o terror no Cone Sul.** Universidade Federal Fluminense [s.d]. Disponível em: file:///C:/Users/joaoo/Downloads/53703-Texto%20do%20Artigo-186864-1-10-20220329.pdf. Acesso em: 17 set. 2024.

MERCOSUL. **Em poucas palavras.** Mercosul, 2024a. Disponível em: https://www.mercosur.int/pt-br/quem-somos/em-poucas-palavras/. Acesso em: 5 nov. 2024.

MERCOSUL: **17 anos como ferramenta de desenvolvimento e integração**. Mercosul, 2024b. Disponível em: https://www.parlamentomercosur.org/innovaportal/v/338/1/parlasur/mercosur:-17-anos-como-herramienta-de-desarrollo-y-de-integracion.html. Acesso em: 18 set. 2024.

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

MERCOSUL. Estadísticas Mercosur, 2024b. Disponível em: https://estadisticas.mercosur.int/.. Acesso em: 8 de out. de 2024.

MERCOSUL. **Tratado de Assunção para a Constituição de um Mercado Comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai**. Mercosul, 1991. Disponível em: https://www.mercosur.int/documento/tratado-de-assuncao/. Acesso em: 23 set. 2024.

MERCOSUL. **Protocolo de Ouro Preto**. Mercosul, 1994. Disponível em: https://www.mercosur.int/documento/protocolo-de-ouro-preto/. Acesso em: 25 set. 2024.

MERCOSUL. **Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no MERCOSUL, Bolívia e Chile.** Mercosul, 1998. Disponível em:https://www.mercosur.int/documento/protocolo-de-ushuaia-sobre-compromisso-democratico/.Acesso em: 25 set. 2024.

MERCOSUL. **Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias no MERCOSUL** Mercosul, 2002. Disponível em: https://www.mercosur.int/documento/protocolo-de-olivos/ . Acesso em: 25 set. 2024.

MERCOSUL. **Normas institucionais - Criação FOCEM.** Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul, 2004. Disponível em: https://focem.mercosur.int/pt/normas/?tipo=criacao-focem. Acesso em: 25 set. 2024.

MERCOSUL. **Protocolo de Adesão do Estado Plurinacional da Bolívia** ao MERCOSUL. 7 dez. 2012. Disponível em: https://www.mercosur.int/documento/protocolo-de-adesao-do-estado-plurinacional-da-bolivia-ao-mercosul/. Acesso em: 25 set. 2024.

MERCOSUL. **Decisão sobre a suspensão da Venezuela no MERCOSUL**. Mercosul, 2017.Disponível em: https://www.mercosur.int/pt-br/documento/decision-sobre-la-suspension-de-venezuela-en-el-mercosur/. Acesso em: 25 set. 2024.

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

MERCOSUL. **LVI Reunión ordinária del consejo del Mercado Comúm**. Mercosul, 2020a.Disponível em: https://documentos.mercosur.int/simfiles/docreuniones/79700_CMC_2020_ACTA01_ES_LVI.pdf. Acesso em 4 out. 2024.

MERCOSUL. **Los presidentes del MERCOSUR acuerdan medidas contra el coronavírus**. Mercosul, 2020b. Disponível em: https://www.mercosur.int/los-presidentes-del-mercosur-acuerdan-medidas-contra-el-coronavirus/. Acesso em: 30 out. 2024.

MERCOSUL. **LVII Reunión ordinária del consejo del Mercado Comum**. Mercosul, 2020c. Disponível em:https://documentos.mercosur.int/simfiles/docreuniones/82528_CMC_2020_ACTA02_ES.pdf.Acesso em: 4 nov. 2024.

MERCOSUL. **Informe de la Presidencia Pro Tempore del MERCOSUR: Uruguay 2020**.Mercosul, 2020d. Disponível em:https://documentos.mercosur.int/simfiles/docinformativos/82532_CMC_2020_ACTA02_ANE03_DI08_ES_Informe%20PPTU2020.pdf. Acesso em: 4 nov. 2024.

MERCOSUL. **XII reunión extraordinária del consejo del mercado común**. Mercosul, 2021a. Disponível em:https://documentos.mercosur.int/simfiles/docreuniones/90144 CMC 2021 ACTA01 ES XII-Ext.pdf. Acesso em: 31 out. 2024.

MERCOSUL. A**cordo sobre Comércio Eletrônico do Mercosul**. Mercosul, 2021c. Disponível em: https://www.mercosur.int/documento/acuerdo-sobre-comercio-electronico-del-mercosur/ . Acesso em 31 out. 2024.

MERCOSUL. **Acuerdo sobre reconocimiento mutuo de medidas de protección para las mujeres en situación de violencia de género entre los estados partes del mercosur y estados asociados**. Mercosul, 2022a. Disponível em:https://normas.mercosur.int/simfiles/normativas/89905_DEC_007-2022_ES_Acuerdo%20Violencia%20de%20G%C3%A9nero.docx . Acesso em: 6 nov. 2024.

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

MERCOSUL. **Tarifa Externa Comum**. Mercosul, 2022b. Disponível em: https://normas.mercosur.int/public/normativas/4334. Acesso em: 6 nov. 2024.

MERCOSUL. **Estrutura institucional do Mercosul**. Mercosul, 2022c. Disponível em:https://normas.mercosur.int/public/normativas/4428. Acesso em: 6 nov. 2024.

MERCOSUL. **Suscripción del acuerdo de libre comercio entre el Mercado Común delSur (Mercosur) y la República de Singapur**. Mercosul, 2022d. Disponível em:https://normas.mercosur.int/simfiles/normativas/97837 DEC 017-2023_ES_Acuerdo%20MCS%20Singapur.pdf. Acesso em: 6 nov. 2024.

MENEZES, Alfredo; PENNA FILHO, Pio. Integração regional: os blocos econômicos nas relações internacionais. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2006.

MORAVCSIK, Andrew. **Liberal Intergovernmentalism.** Princeton, 2024. Disponivel em: https://www.princeton.edu/~amoravcs/library/intergovernmentalism.pdf. Acesso em: 11 abr. 2024.

OLIVEIRA, Marcelo. Teorias contemporâneas sobre as relações internacionais. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.7, n. 12, 2007.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (PMDB). **Uma ponte para o futuro**. Brasília, DF: PMDB: Fundação Ulysses Guimarães, 2015. Disponível em:https://support.google.com/docs/answer/7378739?hl=pt-PT&co=GENIE.Platform%3DDesktop.

PINTO, Messias. **A área de livre comércio das américas e os interesses da União Europeia na América Latina**. Universidade do Minho, 2004. Disponível em: https://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17553/material/2.%20CAP%201%20-%20As%20Teorias%20da%20Integra%C3%A7%C3%A30%20Regional.pdf. Acesso em: 09 set. 2024.

PEDRUZZI, Pedro. **Bolsonaro diz que Mercosul precisa se abrir**. Agência Brasil,

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

2021.Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2021-07/bolsonaro-diz-que-mercosul-precisa-se-abrir. Acesso em: 31 out. 2024.

PODER360. **Fernández diz que não irá a encontro com Bolsonaro no Uruguai**. Poder 360, 2021. Disponivel em: https://www.poder360.com.br/governo/fernandez-diz-que-nao-ira-a-encontro-com-bolsonaro-no-uruguai/. Acesso em: 23 out. 2024.

PONTES, E. Adesão da Bolívia ao Mercosul: oportunidades e desafios. **Pontes**, v. 3, n. 2, p.16-18, 2007.

RIBEIRO, P. F.; OLIVEIRA, M. L. C. Política Externa e Legislativo no Paraguai do Presidente Lugo. **Revista de Sociologia e Política**, v. 26, n. 68, p. 75-94, dez. 2018.

ROLON, José. **Paraguai: transição democrática e política externa**. Usp, 2010. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-30042010-114706/publico/JOSE_APARECIDO_ROLON.pdf. Acesso em 23 de set. de 2024.

ROMERO, Wimer, F. (2019). Historia, actualidad y prospectiva de las relaciones Mercosur-Unión Europea. En F. Caballero Parra, R. Giacalone y E. Vieira Posada (Eds.), La integración latinoamericana y europea en el siglo XXI: marco para la reflexión sobre su presente y su futuro (pp.221-249). Bogotá: Ediciones Universidad Cooperativa de Colombia. Disponível em: https://dx.doi.org/10.16925/9789587602067

SANTOS, Luís. **A América do Sul no discurso diplomático brasileiro.** Scielo, 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbpi/a/nkDMH3w8bQm5bv3hGLryY7J/. Acesso em: 18 set. 2024.

SANT'ANNA, Lourival. **O Paraguai e as voltas do Mercosul**. Exame, 2017. Disponível em: https://exame.com/mundo/o-paraguai-e-as-voltas-do-mercosul/. Acesso em: 22 out. 2024.

SANTORO, M. A crise de 2001 e a política externa argentina. **Revista Estudos Políticos**, v.8, n. 15, p. 81-93, 10 dez. 2019.

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

SARAIVA, Mariam; SILVA, Álvaro. Ideologia e pragmatismo na política externa de Jair Bolsonaro. **Relações Internacionais**, n. 64, p. 117-137, dez. 2019.

SOUZA, F. F. Terrorismo de Estado no Cone Sul das Américas. v. 3, [s.d].

SCHERER, Lucas. **A política externa do governo Bolsonaro**. Relações Exteriores, 2022.Disponível em: https://relacoesexteriores.com.br/politica-externa-governo-bolsonaro/. Acesso em: 22 out. 2024

SCHREIBER, Mariana. **A disputa em Itaipu que quase levou o impeachment no Paraguai e preocupa o governo Bolsonaro.** BBC, 2019. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49201623 . Acesso em: 20 out. 2024.

SERRICHIO, Sergio. **La economía antes de las elecciones: saldo parcial de dos años de política económica.** Infobae, 2021. Disponível em:https://www.infobae.com/economia/2021/11/07/la-economia-antes-de-las-elecciones-saldo-parcial-de-dos-anos-de-politica-economica/. Acesso em: 23 out. 2024.

SILVA, C. **Bolivia Mercosur membership close to fruition.** The Brazilian report, 2023.Disponível em: https://brazilian.report/liveblog/latam/2023/11/23/bolivia-mercosur-membership-close-to-fruition/. Acesso em: 26 de set. de 2024.

SILVA, M. ARCE, A. **O Mercosul e os impactos econômicos e políticos da adesão da Venezuela.** Scielo, 2011. Disponível em:http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000122011000100018. Acesso em: 25 set. de 2024.

SISCOMEX. **Emenda ao protocolo de Montevideo sobre o comercio de serviços do Mercosul**. Governo do Brasil, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/siscomex/pt-br/acordos-comerciais/75400_DEC_0142019_ES_EnmiendaProtServicios.doc. Acesso em 5 nov. 2024.

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

URUGUAI. Acuerdo marco del mercosur para reconocimiento de estudios, títulos y diplomas de enseñanza superior, técnico profesional, tecnológica, artística y de formación docente y en educación. **Cámara de Representantes do Uruguai**, 2022a.Disponívelem:https://www.bing.com/ck/a?!&&p=3e475eea4519eed7f4a81731afa7af223bcf60248e8c92fbal947297a44c61b2JmltdHM9MTczMDc2NDgwMA&ptn=3&ver=2&hsh=4&fclid=219ec535-3b5b-6ef5-09ba-d17a3a0a6f41&psq=ACUERDO+MARCO+DEL+MERCOSUR+PARA+RECONOCIMIENTO+DE+ESTUDIOS%2c+T%c3%8dTULOS+Y+DIPLOMAS+DE+ENSE%c3%91ANZA+SUPERIOR%2c+T%c3%89CNICO+PROFESIONAL%2c+TECNOL%c3%93GICA%2c+ART%c3%8dSTICA+Y+DE+FORMACI%c3%93N+DOCENTE+Y+EN+EDUCACI%c3%93N&u=alaHR0cDovL3d3dy5kaXB1dGFkb3MuZ3ViLnV5L2RhdGEvZG9jcy9MZWdBY3R1YWwvUmVwYXJ0aWQvUjA30TYucGRm&ntb=1. Acesso em: 5 nov. 2024.

URUGUAI. **Acuerdo del mercosur para la prevención y lucha contra la corrupción en el comercio y en las inversiones Internacionales**. Cámara de representantes do Uruguai, 2022b. Disponivel em:https://www.bing.com/ck/a?!&&p=33b513e4a6a1328dd63677290133a2d5efb1d60c402bd0cfeede9ddeedc9cdfbJmltdHM9MTczMDc2NDgwMA&ptn=3&ver=2&hsh=4&fclid=219ec535-3b5b-6ef5-09ba-d17a3a0a6f41&psq=ACUERDO+DEL+MERCOSUR+PARA+LA+PREVENCI%c3%93N+Y+LUCHA+CONTRA+LA+CORRUPCI%c3%93N+EN+EL+COMERCIO+Y+EN+LAS+INVERSIONES+INTERNACIONALES&u=alaHR0cDovL3d3dy5kaXB1dGFkb3MuZ3ViLnV5L3dwLWNvbnRlbnQvdXBsb2Fkcy8yMDI0LzA5LzAwODEwLnBkZg&ntb=1. Acessoem: 5 nov. 2024.

VEGAS, Jorge Hugo Herrera. **Impactos da desvalorização do real sobre o comércio entre o Brasil e a Argentina.** Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 42, n. 2, 1999.Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbpi/a/3FBkq3QH3gzVrQBzBhMGvKC/. Acesso em:25 set. 2024.

ZANATTA, L. **Uma breve história da América Latina.** 1 ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2017.

ZELICOVICH, J. El lugar del MERCOSUR en la política exterior argentina durante los gobiernos de Néstor Kirchner y Cristina Fernández de Kirchner. **Relaciones**

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53

Internacionales,v. 20, n. 41, 2011.

Versão Final Homologada
14/12/2025 22:53